



# Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 19 DE NOVEMBRO DE 1984

ANO X

## PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

N.º 217/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nos termos do inciso I do, artigo 23, da Constituição do Estado do Paraná, promulga a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1.º - O artigo 105 da Constituição do Estado do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 105 - Os Municípios são unidades territoriais com autonomia política, administrativa e financeira, regem-se pelas respectivas Leis Orgânicas e demais Leis que adotarem, respeitados os princípios estabelecidos na Constituição da República e nesta Constituição Estadual.

§ 1.º - A proposta de Lei Orgânica Municipal será discutida e votada em duas sessões, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de seu recebimento, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambas as votações, os votos da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Art. 2.º - O caput do artigo 106 e os seus parágrafos primeiro e terceiro passam a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 106 - São poderes do Município, independentes e harmônicos, o Legislativo e o Executivo.

§ 1.º - Ressalvadas as disposições em contrário, o Prefeito e Vice-Prefeito e os Vereadores serão eleitos por sufrágio universal e voto direto e secreto, na data e com duração de mandato estabelecidos pela Legislação Federal.

§ 3.º - Ressalvado o disposto na Legislação Federal são condições de elegibilidade ao Legislativo e Executivo:

I - Ser brasileiro;

II - Estar no exercício dos direitos políticos.

Artigo 3.º - O caput do artigo 107 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 107 - O número de vereadores, sempre ímpar, será fixado por Lei, em proporção que não exceda de um para cada três mil eleitores, não podendo ser inferior a nove nem superior a trinta e três.

Artigo 4.º - O § 1.º do artigo 110, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1.º - A instalação dos novos municípios somente se efetivará com a posse dos titulares dos poderes Municipais, eleitos conjuntamente com os dos Municípios já existentes.

Artigo 5.º - O caput do artigo 112 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 112- O Estado concorrerá com sua colaboração para o funcionamento dos poderes Municipais, observado o seguinte:

Artigo 6.º - Fica revogado o parágrafo único do artigo 112.

Artigo 7.º - Enquanto os Municípios não promulgarem suas próprias Leis Orgânicas, nos termos do permissivo no artigo 105, ficam vigindo os dispositivos da Emenda Constitucional n.º 2.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1984

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

Apoiamento: Donato Gulin, Odeni Mongruel, Ivan Gubert, Gilberto Carvalho, Airton Cordeiro, Fuad Nacli, Erondy Silvério, Basílio Zanusso, Edgard Pimentel, Tuguiu Setogutte, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Péricles Pacheco, Antonio Belinati, Orlando Pessuti, Antonio Annibelli, Adhail Sprenger Passos, Caíto Quintana, 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Inúmeras tem sido as reivindicações no sentido de estabelecer aos Municípios a competência para se auto-organizarem, entre elas a do Vereador Luiz Carlos Schroeder, de Toledo, que requereu o envio por aquela edilidade de expediente ao Presidente desta Casa, bem como aos líderes das bancadas dos dois partidos, solicitando providências para ser emendada a Constituição do Estado do Paraná visando transferir às Câmaras Municipais a competência para elaborarem as leis Orgânicas dos respectivos Municípios.

A presente proposta de emenda constitucional, constitui inegável avanço na sempre perseguida autonomia Municipal, que existe não em sua plenitude mas, ao contrário, com restrições.

Até o presente apenas o Estado do Rio Grande do Sul alterou sua Constituição, possibilitando a que os Municípios rigorosamente tivessem as suas respectivas Leis Orgânicas e não como acontece nos demais Estados onde há uma Lei Orgânica Municipal, única.

No Paraná, a Legislação que regula a matéria é o Capítulo VI, "in totum" do Título I da Constituição Estadual e a Lei Complementar n.º 2, de 18 de junho de 1973, uma Legislação genérica para todos os Municípios, com exceção ao da Capital, que pelo parágrafo único do artigo 1.º tem a prerrogativa de elaborar a sua Lei Orgânica específica.

Assim os Municípios das Capitais, via de regra, dispõem de suas Leis Municipais, autônomas, mas os municípios do interior têm suas vidas reguladas por uma Legislação única, de âmbito Estadual.

E por que só as capitais terem suas Leis próprias? Por terem características peculiares que as diferem de outros Muni-

cípios?

E esses outros municípios são iguais? No entender de Virgílio Marino de Lima, diretor da Câmara Municipal de Toledo, na justificativa que embasou o requerimento do Vereador Luiz Carlos Schroeder para que se oficiasse esta Assembléia Legislativa no sentido de se emendar a Constituição Estadual, assinala aquele diretor que os Municípios não são iguais entre si. "Há municípios de vocação industrial, há outros de vocação puramente agrícolas e outros, ainda, essencialmente turísticos", e argumenta ele: "A atual Lei Orgânica vale tanto para uns como para outros. Isto para os que possuem uma população de 5 mil como para os que têm 500 mil habitantes.

E conclui: "Então nada mais democrático que cada município tenha a sua Lei Orgânica, de acordo com as suas peculiaridades", assinalando ainda que "por essa via se contribui para o fortalecimento dos legislativos municipais tão massacrados hoje pela hipertrofia do Poder Executivo".

São muitos os argumentos a favor da plena autonomia Municipal.

Na justificativa para seu projeto de emenda à Constituição do Estado de São Paulo, assinala o deputado Antônio Resk: "O tão comentado princípio da autonomia municipal, garantido constitucionalmente e defendido com ênfase pelos doutrinadores municipalistas, tem sido, na verdade, constantemente desrespeitado sob vários aspectos".

O artigo 15 da Constituição Federal assegura a autonomia Municipal pela eleição direta do prefeito, vice-prefeito e vereadores, e pela administração própria no que respeita ao seu peculiar interesse, especialmente quanto:

a) à decretação e arrecadação dos tributos de sua competência e à aplicação de suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em Lei;

b) à organização dos serviços públicos locais.

"Mas esses dispositivos não possuem a eficácia necessária nem são extensivos a todos os casos. Veja-se por exemplo a limitação imposta aos Municípios da área de segurança nacional e das estâncias hidro-minerais quanto à eleição de prefeito e vice-prefeito".

"A autonomia não se realiza também quanto às finanças municipais. Nesse aspecto, em face da má distribuição das rendas públicas as municipalidades não desfrutam da mínima autonomia, como seria desejável".

Embora a alínea "b" do artigo 15 da Constituição Federal assegure ser da competência de cada município decidir que legislação adotar, baseado em seus interesses e conveniências próprias, na verdade não é isso o que acontece, como afirma

Resk: "Geralmente os Estados membros da Federação - arvorando-se em verdadeiros donos da autonomia municipal - outorgam aos seus municípios uma Lei Orgânica".

Antonio Resk cita a conceituação de Hely Lopes Meirelles sobre "peculiar interesse" dos Municípios. Segundo o entendimento do eminente jurista "por peculiar interesse entende-se todos os assuntos de interesse predominante do município, embora possam ter reflexos no Estado membro e na própria União", completando: Assim, a administração municipal se estende a todos os serviços públicos de interesse local e predominante". Antonio Resk conclui pela evidente dificuldade de uma única Lei Orgânica dos Municípios atender aos interesses predominantes e às conveniências de cada cidade, com características completamente diversas umas das outras, assinalando a seguir: "A expressão (peculiar interesse), conforme a entendemos, não diz respeito ao conjunto dos municípios de cada Estado membro mas a cada um deles "per-se".

Pondera ainda Antonio Resk em sua justificativa: "Acresce notar que a outorga de uma Lei Orgânica comum a todos os municípios não respeita o peculiar interesse de cada comuna. Cada município tem os seus problemas próprios, decorrentes de sua situação geográfica, de suas tradições, dos seus usos e costumes, de seu nível de cultura, das suas atividades predominantes, das suas fontes específicas de riqueza etc."

São igualmente bastante esclarecedoras as considerações de Moyses H.E. Barbosa, assessor jurídico da SURBAM, Superintendência do Desenvolvimento Urbano e Administração Municipal, do Rio Grande do Sul, na justificativa ao Ante-Projeto de Lei Municipal para aquele Estado.

Tais considerações são colocadas em adendo a esta justificativa, bem como o todo do ante-projeto de Lei Orgânica para os Municípios riograndenses, por constituírem valioso subsídio para informar e orientar a discussão da matéria.

A autonomia municipal existe apenas em textos constitucionais.. Na realidade ele não se exerce efetivamente, notadamente no tocante ao fato de os Estados-membros da Federação outorgarem uma Lei genérica para todos os municípios sem atender às peculiaridades de cada uma.

A vida dos Municípios paranaenses é regida pela Lei Complementar n. 2, de 18 de junho de 1973, e pelas disposições contidas no capítulo VI da Constituição Estadual (artigos 105 e 122).

É evidente que disposições gerais como as contidas neste texto constitucional não podem prever todas as peculiaridades e todas as circunstâncias de cada uma dos Municípios do Estado. São evidentes as diferenças econômicas, culturais, políticas e

sociais de Municípios altamente industrializados como Curitiba, Araucária, Ponta Grossa e Londrina, para citar só alguns deles, e os de Nova Olímpia, Mandirituba, Antonina, Marechal Cândido Rondon, entre tantos, com diferenças fundamentais inclusive quanto ao tamanho da população.

Além da alteração do artigo 105 são propostas várias outras, com a finalidade de adaptar a Constituição à nova situação criada.

A alteração proposta para o artigo 106 decorre do fato de serem Legislativo e Executivo municipal efetivamente poderes e não meros órgãos municipais (Moysés H.E. Barbosa, em sua justificativa anexa a esta proposta de emenda).

A alteração proposta para o parágrafo primeiro do artigo 106 visa adequar a Constituição Estadual à Legislação Federal que regula a data das eleições municipais e a duração dos mandatos de prefeito, vice-prefeito e vereadores. A proposta para o Parágrafo 3.º do mesmo artigo tem em mira reforçar a caracterização como poderes e não órgãos os legislativos e executivos municipais, o mesmo acontecendo em relação ao parágrafo primeiro do artigo 110.

A alteração do artigo 107 impõe-se como necessidade de atualização do texto constitucional, defasado como a realidade existente.

Finalmente a alteração do artigo 112 visa assegurar a autonomia municipal pretendida.

O propósito da presente proposta de emenda não é o de revogar o texto da Emenda n.º 2 mas o de facultar ao Município, que assim o deseja e entenda como necessário e oportuno, de elaborar a sua Lei Orgânica própria.

Em vista da importância da matéria em pauta, fazemos um apelo para que todos os Senhores Deputados com assento nesta Casa emprestem a sua cooperação para um debate em profundidade da propositura que ora temos a honra de submeter a este Legislativo, e tendo em vista ainda o que dispõe o caput do artigo 24 da Constituição Estadual.

#### JUSTIFICATIVAS

A) - Artigo 14 - Justifica-se a necessidade de nova redação ao artigo 14. do Anteprojeto de Lei Orgânica Municipal em virtude de:

a) - da nova redação dada pela Emenda n.º 22, de 29 de junho de 1982, às alíneas a e b e o acréscimo das alíneas c ao § 1.º do artigo 29 da Constituição Federal;

b) - do entendimento da Comissão de que caberá, também, à Câmara Municipal se autoconvocar no caso de intervenção estadual, diante de seu peculiar interesse. Este posicionamento se tornou possível graças à redação dada pela Emenda Constitucional n.º 1/69 e repetida pelas Emendas n.ºs 11/78 e 22 da Constituição da Re-

pública;

c) - convocação pelos próprios Vereadores. Ora, a Emenda n.º 22/82 da Constituição Federal, restaurou a possibilidade de convocação extraordinária do Parlamento, a requerimento dos congressistas. Embora, exija tanto a assinatura de dois terços dos membros, ou seja, maioria qualificada. Assim, em vista do que dispõe o artigo 200, da Constituição da República e o artigo 146 da Constituição Estadual, a presente disposição há de ser aplicável às Câmaras de Vereadores.

B) Artigo 36 - § 1.º - A Emenda Constitucional n.º 22/82 da Constituição Federal voltou a exigir a maioria de 2/3 (dois terços) para a aprovação de emenda constitucional. Restabeleceu, assim, o previsto na Emenda n.º 1/69, colocando de lado o disposto na n.º 8/77, que se contentava com a maioria absoluta, como a redação primitiva da Carta Magna.

Portanto, em consequência do disposto nos artigos n.ºs 200 e 13, III da Constituição Federal, se torna necessária a presente alteração no processo legislativo municipal.

C) - Artigo 44- § 1.º - A Emenda Constitucional n.º 22/82, também veio dar ao Poder Legislativo a oportunidade de votar o projeto, antes de sua inexorável aprovação pelo decurso de prazo. Desta forma, transcorrido prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, este é prorrogado por tantos dias sucessivos quantos sejam necessários para a realização de 10 (dez) sessões ordinárias. Se estas sessões transcorrerem sem votação que aprove ou rejeite o projeto, aí sim, o decurso de prazo operará a aprovação. É a chamada aprovação tácita ou decurso de prazo.

Cabe ressaltar, no entanto, que o pertinente às leis complementares, estas exigem maioria absoluta de votos. O que significa, "a contrário sensu", segundo melhor doutrina, que não serão aprovados de nenhum outro modo, especialmente, pelo decurso de prazo (Ver Geraldo Ataliba, Leis Complementares, página 47).

D) - Artigo 93- § único- Com referência ao acréscimo "in fine" ao § único do Artigo 93 do Anteprojeto de Lei Orgânica Municipal- SURBAM, sugerido pela Comissão Revisora, o mesmo decorre de novo posicionamento da Assessoria Jurídica da SURBAM a respeito da problemática.

Acreditamos que esta orientação - mais liberal - é consentânea com a autonomia municipal no pertinente ao seu peculiar interesse. Além disso encontra respaldo jurídico-constitucional diante da doutrina da "recepção".

Ora, é sabido que a legislação anterior a uma nova Constituição persiste, seja por determinação expressa, seja na

falta de determinação expressa, desde que não seja incompatível com a Constituição nova. Ocorre, portanto, segundo Kelsen, uma recepção do direito anterior não incompatível com a nova Constituição.

Obviamente, a "recepção" do direito anterior só é possível nos claros da Constituição. Porque, logicamente, onde a nova Constituição dispõe explícita e implicitamente, de modo diverso é impossível essa mesma recepção. (Ver Manoel Gonçalves Ferreira Filho, "in" Direito Constitucional Comparado).

É o que ocorre, precisamente, no caso presente. Permitindo-nos adotar nova orientação, em sentido oposto a do digno municipalista autor do "Anteprojeto de Lei Orgânica Municipal - Modelo SURBAM" Bel. Moysés H.E. Barbosa - na sua justificativa n. 23, último parágrafo.

Portanto, corroboramos com a posição adotada pelo municipalista e mestre José Afonso da Silva, em seu "Manual do Vereador", diante do anteriormente exposto e por não ver inconstitucionalidade diante das disposições do artigo 104 e seus parágrafos da Constituição da República.

Porto Alegre, 14 de outubro de 1983.

(a) Bel. WALTER JONE DOS ANJOS  
Assessor Jurídico- SURBAM.

Após a segunda edição deste ANTEPROJETO DE LEI ORGÂNICA MUNICIPAL - pela qual o atualizamos em fevereiro de 1977 - , a nossa Lei Maior continuou sendo, como é consabido, objeto de sucessivas mutações, com a promulgação de novas emendas que a alteraram. Em consequência, por evidente a sua defasagem, já estava em tempo outra revisão do nosso modelo, a fim de compatibilizá-lo com as vigentes normas constitucionais, no que eles têm de observância obrigatória pelas leis orgânicas dos municípios, quer por força do princípio da simetria quer por consubstanciarem específico interesse municipal.

Para essa compatibilização, foi-nos novamente confiado o encargo de mais outra vez atualizar este ANTEPROJETO DE LEI ORGÂNICA. E como ocorreu na oportunidade anterior, aproveitamos o ensejo para com o intuito de aprimorar o paradigma, introduzir no mesmo algumas outras modificações que, no contínuo desempenho do assessoramento técnico que prestamos às municipalidades, sentimos necessárias. Todavia, além da estrutura primitiva do Anteprojeto, mantivemos também, e com o caráter original com que os redigimos, a maioria de seus dispositivos. E assim o fizemos porque, pelo menos em relação a alguns deles, viemos a receber o aval da jurisprudência e da própria doutrina que, dela antes divergindo, contestáramos, e agora conosco a mesma veio alinhar-se.

Porto Alegre, outubro de 1979.

(a) MOYSÉS H.E. BARBOZA

Assessor Jurídico

Unidade de Assistência Técnica  
SURBAM/SDO.

## ANTEPROJETO DE LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

### JUSTIFICATIVAS

I Ao iniciarmos estas "Justificativas", cabe repetir de novo - como esclarecemos nas edições anteriores deste Anteprojeto - que compulsamos, para o elaborarmos, algumas leis orgânicas outorgadas por outros Estados da Federação a seus municípios, notadamente a de São Paulo. Consultamos, também, cartas político-administrativas de alguns municípios gaúchos, como ainda nos foi de valia um anteprojeto de lei orgânica municipal editado em 1971 pela Consultoria Geral do Estado.

Impede, porém, se registre novamente, também, que não nos limitamos a uma cópia ou mera moldagem, por superposição dos dispositivos de uns e outros desses trabalhos. Pois seria despropositado o mimetismo de simplesmente transpor as normas que nos mesmos se contém, para um Anteprojeto, como o presente, que objetiva oferecer aos municípios sul-rio-grandenses, um paradigma atualizado de Lei Orgânica, com a alternativa de - quando julgado necessário - serem-lhe adicionados termos e, ou, disposições, conforme o que melhor condisser com o peculiar interesse de cada comuna. E, de outra parte, porque - sem desmerecer os trabalhos consultados - tivemos a preocupação de adequar o nosso Anteprojeto o mais fielmente aos princípios e normas constitucionais em vigência, bem como a disposições da legislação federal de observância cogente pelos municípios.

2- Imbuídos desse propósito, levamos em consideração, fundamentalmente, o disposto no art. 143 da Constituição do Estado, combinado, de uma forma geral, com o art. 200 da Carta Magna vigente e, de modo especial, com os incisos e parágrafos do seu art. 13, no que têm de aplicável aos municípios, e, ainda, com os seus artigos 14, 15, 16, 18, 19, 20 inc. III, 24, 104 e 108.

Note-se, pois, que não nos ativemos a inserir no Anteprojeto apenas os princípios constitucionais de observação obrigatória pelas Constituições Estaduais e, por via de consequência, pelas leis orgânicas municipais. Buscamos, também, afeiçoar a estas, no que couber, as demais normas contidas na Carta Política Federal, tendo em vista o que dispõe o seu art. 200. Assim, adotamos, por exemplo, como quorum necessário à instalação das sessões da Câmara Municipal, a presença, pelo menos, da

maioria absoluta de seus membros e, como regra às suas deliberações, o voto da maioria simples dos vereadores presentes às mesmas. Cumpre, no entanto, que ressalvemos expressamente que no Anteprojeto é exigido o voto qualificado (o de dois terços dos membros do Legislativo) não apenas para os mesmos casos em que as Constituições o prevêm, mas também para alguns outros sem similar nestas, e para os quais, por respeitantes estritamente ao peculiar interesse do Município é constitucionalmente permissível, e, inclusive, de todo aconselhável que sejam qualificadas as respectivas deliberações. É o caso, previsto no inc. XXIII do art. 31 do Anteprojeto, que trata da concessão de títulos honoríficos e de cidadania a pessoas que reconhecidamente tenham prestado serviços relevantes ao Município. Essa hipótese, aliás, vem sendo inserida nesse trabalho desde sua primeira edição; mas só agora fazemos referência expressa à mesma, considerando que as dúvidas sobre sua constitucionalidade suscitadas em algumas Câmaras Municipais (cf. nosso Parecer n. 41/76-SURBAM/SDO), foram dirimidas pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, ao julgar constitucional dispositivo idêntico das cartas políticas de Cruz Alta e Tramandaí. E assim, essa Colenda Corte entendeu justamente porque a matéria que no mesmo se contém, além de não ter símile nas constituições superiores, é de estrito interesse de cada município. Em consequência, não é obrigatória, para sua deliberação, a observância da regra estabelecida no art. 31 da Lei Maior (cf. acórdãos do TIRGS, in REV. DE JURISPRUDÊNCIA vol. n. 62, de junho de 1977, págs. 152/5, e vol. n. 64, de outubro de 1977, págs. 77/79).

3- Por outro lado, visando facilitar o conhecimento de outras normas constitucionais e legais que, embora de inserção dispensável nas leis orgânicas, devem ser obrigatoriamente observadas pelos edis e administradores municipais, entendemos de bom aviso incluí-las adequadamente no Anteprojeto; pois de outro modo, difícil seria conhecê-las, como as constantes consultas que atendemos, nos têm oportunizado constatar.

E além das justificativas supra-expendidas de caráter geral que, nortearam basicamente nosso trabalho, sempre nos pareceu necessário que consignássemos outras de ordem mais particular, relativamente a alguns dispositivos do Anteprojeto.

4- Assim, no art. 2.º, subordinamos as alterações do território municipal ao disposto na Constituição do Estado, face aos termos do art. 145, caput desta, in verbis: - "A criação, extinção e o desdobramento do Município dependerão de lei estadual.

Será, no entanto, municipal - sujeita

- a sua iniciativa às normas a respeito estabelecidas na Lei Orgânica - a lei sobre divisão do Município.

Essa competência deflui do disposto no parágrafo único do art. 14 da vigente Constituição da República.

Todavia, a Lei municipal que dispuser sobre a divisão territorial do Município, criando ou alterando os seus distritos, deverá atender as disposições pertinentes (arts. 47 a 51) da Lei Estadual n. 4.054, de 29 de dezembro de 1960, que não estão derogadas pela Lei Complementar Federal n. 1, de 9 de novembro de 1967.

E é só; pois, presentemente, não tem mais, os municípios, de submeter o projeto de lei que trata dessa matéria, à autorização do Presidente da República nem de ouvir o Ministério da Justiça, conforme dispunham o art. 1.º, e seu parágrafo único do Ato Complementar n. 46, de 7 de fevereiro de 1969. É que este diploma de exceção está revogado pelo art. 3.º da Emenda Constitucional n. 11, de 13 de outubro de 1978, por contrariar o poder autônomo do município, outorgado a este pela Carta Magna.

Eis, assim, a razão por que, no atual parágrafo único do art. 2.º do Anteprojeto, subordinados, agora, a referida lei municipal à observância, apenas, da legislação estadual a respeito.

5. Por entendermos serem, o Executivo e o Legislativo do Município, PODERES e não meros órgãos administrativos, fixamos esta nossa posição já no art. 4.º do Anteprojeto. E a mantemos em todo ele, visto pensarmos não ser possível aplicar indistintamente esses dois termos (poderes e órgãos administrativos) como sinônimos, ainda mais num trabalho como o presente, sob pena de incorrer-se na ambigüidade em que incidiu o legislador constituinte estadual (cf. arts. 147 e 156, caput da Constituição do Estado).

E impõe-se que esclareçamos essa nossa opção, face ao entendimento em contrário de alguns jusmunicipalistas, segundo os quais o Município, disporia apenas de meros órgãos - executivo e legislativo - sem características de Poder de Estado, no seu exato sentido jurídico-constitucional. Apraz-nos, porém, registrar que, dentre os juristas que assim se posicionam, não mais se insere o Prof. Hely Lopes Meirelles. Presentemente, sobre a matéria, esse insigne Mestre se alinha àqueles aos quais nós sempre seguimos. Tanto assim que, agora, para fundamentar nossa opção, podemos nos valer de seu próprio ensinamento atual, in verbis: - "O Município brasileiro, como entidade estatal, desfruta de autonomia político-administrativa, no que diz respeito à eleição de seus governantes e à condução dos negócios de seu peculiar

interesse, tais como decretação e arrecadação de seus tributos, aplicação de suas rendas e organização de seus serviços (Constituição da República, art.15, I e II). No exercício dessas atribuições, caracterizadoras de sua autonomia, o Município atua em absoluta igualdade de condições com a União e o Estado, devendo obediência apenas à Constituição da República e à do Estado a que pertence, bem como, às leis que, por determinação constitucional, lhe impõem regras de conduta na gestão de seus negócios. Daí por que os atos municipais, desde que contidos no âmbito das competências do Município, independem de prévia autorização ou de posterior ratificação de qualquer outra entidade estatal". E esclarece a seguir - "Essa posição do Município no sistema federativo brasileiro, verdadeiramente singular, obriga-nos a reconhecer que, tal como a União e os Estados, possuímos Poderes Executivo e Legislativo, faltando-lhe apenas o Judiciário, que a Constituição reservou expressamente àquelas entidades estatais superiores". (HELY LOPES MEIRELLES, in "Direito Municipal Brasileiro" 3.<sup>a</sup> ed., 1977, págs. 146/7).

Com outras palavras, foi exatamente isso o que afirmamos nas edições anteriores deste Anteprojeto. Em primeiro lugar - dissemos então - no sistema municipal brasileiro, diversamente do europeu, o Município não é mera entidade territorial descentralizada - autarquizada - apenas com autonomia administrativa (v. JOSÉ CRETELLA JR., em seu "Tratado de Direito Administrativo", 1.<sup>a</sup> ed., vol.VII, págs. 117/138). O Município brasileiro, além do poder de auto-administrar-se, tem também - pela eleição direta do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores - o poder de autogovernar-se, outorgado pelo art.15, da Constituição Federal vigente (cf. A. MACHADO PAUPÉRIO, em "O Município em seu Regime Jurídico no Brasil", 2.<sup>a</sup> ed. pag.76/7). De outra parte, como o Executivo Municipal é tão executivo como o dos Estados e o da União, e a Câmara de Vereadores tão legislativa quanto as Assembleias Estaduais e as Casas do Congresso Nacional, ambos - o Executivo e o Legislativo Municipais - são igualmente poderes. A única diferença entre estes e os correspondentes da União e dos Estados é apenas de grau, jamais de natureza (cf. VICTOR NUNES LEAL, em "Estudos sobre a Constituição Brasileira - Alguns problemas municipais em face da Constituição", pag.132 apud A. MACHADO PAUPÉRIO, em sua citada obra, pag.81). E as delimitações ao exercício dos governos municipais, dentro dos parâmetros estabelecidos, nas Constituições são tão-somente de competência, tal qual a Carta Magna estatui para os Estados - como o respeito não só a determinados princí-

plos constitucionais, mas também a disposições outras da Lex Fundamental, nos termos de seu art.200.

6. Embora seja atribuída ao Município, pelos incisos V e XI do art.7.<sup>o</sup> do Anteprojeto, a competência privativa para dispor sobre concessão de serviços públicos e a fixação das tarifas de transportes coletivos, ressaltamos que as disposições municipais a respeito devem observar o que estatuem o art.167 da Constituição da República e a legislação federal pertinente. A mesma ressalva inserimos, também no atual inc.IX do art.30 e no § 1.<sup>o</sup> do art.112 do Anteprojeto.

E assim o fizemos porque, inobstante a citada norma constitucional estabeleça apenas que a LEI disporá sobre o regime das empresas concessionárias de serviços públicos federais e municipais, PONTES DE MIRANDA entende - e, parece-nos, certo - que a lei, aí referida, é FEDERAL, mas nos estritos termos de dispor sobre regras jurídicas básicas quanto ao regime e à fiscalização das empresas concessionárias de serviços públicos, bem como ao critério de fiscalização permanente e de revisão periódica das tarifas, pois, como adverte o eminente constitucionalista, a lei federal não pode retirar aos Estados-membros nem aos municípios o que se inclui no seu poder de legislar sobre os seus contratos (direito público estadual ou municipal), pelos quais uns e outros concedem os respectivos serviços públicos (cf. "Comentários à Constituição de 1967 com a Emenda n.º 1 de 1969", vol.VI, ed.1972, pag.269 e 275).

Ocorre, porém, que ainda não foi promulgada a lei federal a que se refere o art.167 da Magna Carta. Desse modo, e ao menos enquanto não o for, compete ao Município, no caso, legislar livremente sobre a concessão de seus respectivos públicos. É óbvio, no entanto, que deverá fazê-lo respeitando o disposto na legislação específica por que juridicamente se regem as empresas concessionárias e, ainda, observando os princípios estabelecidos nos incisos do citado art.167 da Constituição Federal.

7. No inciso II do art.8.<sup>o</sup> do Anteprojeto, estabelecemos a competência do Município para, concorrente ou supletivamente com a União ou o Estado, promover o ensino. Por isso, pareceu-nos mais apropriado consignar no parágrafo único desse dispositivo (e não em alguma das normas do Título III do Anteprojeto, que trata da Administração Financeira Municipal) a obrigação de o Município aplicar, anualmente, no ensino de primeiro grau, um percentual de sua receita tributária, nos termos da letra "f" do § 3.<sup>o</sup> do art.15 da Constituição da República.



Continuamos, assim, em mais esta edição deste Anteprojeto, não, quantificando esse percentual. Mas, já agora o fizemos por uma questão meramente pragmática - a referida aplicação far-se-á sempre nos precisos termos em que estiver vigendo o citado dispositivo constitucional que a exige.

8. No § 1.º do art. 15 do Anteprojeto mantivemos a norma segundo a qual o Presidente da Câmara, em princípio, não vota. E isto porque nos parece que essa regra não é incompatível com a inserta no § 1.º, in fine, do art. 2.º da Lei Complementar n. 25, de 2 JULHO. 1975; pois, apenas dirigindo os trabalhos e não votando, é óbvio que o Presidente é vereador que está participando das votações, na Câmara, para efeito de fazer jus à parte variável da remuneração a que tiver direito.

9. Nas edições anteriores do Anteprojeto, em diversos de seus dispositivos a partir de seu art. 20 (mas especialmente nos do Capítulo II do Título IV), fizemos referência expressa a "Secretário Municipal ou titular de órgão equivalente" - isto é, no sentido de este "órgão equivalente" poder tratar-se (conforme a estrutura administrativa de cada Município), de Diretoria ou Coordenadoria, por diretamente subordinado ao prefeito, com a mesma hierarquia de Secretaria Municipal e com a sua competência equivalente a esta.

Agora, porém, pareceu-nos desaconselhável consignar todos aqueles termos no texto da norma. Assim entendemos, de modo especial, para evitarem-se equívocos possíveis com a aplicação do atual art. 24 do Anteprojeto e que corresponde ao § 6.º, do art. 104 da Carta Magna. É de melhor alvitre que cada Lei Orgânica (originariamente ou por emenda posterior quando for alterada a respectiva denominação) consigne exclusivamente a denominação do titular correspondente à que o Município adotar, por lei, para o respectivo órgão diretamente subordinado ao Prefeito.

10. É cediçamente pacífico, na doutrina e na jurisprudência, que os vereadores não gozam de imunidade parlamentar. No entanto, de novo, tornou-se discutível serem eles invioláveis no exercício de seu mandato - ou seja, de estarem, ou não, os edis, amplamente acobertados, pela mais pródiga das interpretações do inc. III, do art. 142 do Cód. Penal, por suas opiniões, votos ou pareceres emitidos inclusive no plenário de sessões públicas da Câmara Municipal.

Esse entendimento mais liberal, prevalente nos tribunais até cerca de vinte anos passados (cf. os julgados que indicamos nas edições anteriores deste trabalho, e que são os mesmos que o Prof. Hely Lopes Meirelles invoca para respaldar sua

posição a respeito, em seu "Direito Municipal Brasileiro", 3.ª ed. pág. 705, com remissão à nota n. 12); vem sendo de novo retomado (mas em nosso sentir de modo inseguro, senão temerário) pelos Tribunais de Alçada de São Paulo e deste Estado (cf. JULGADOS, vol. 28, págs. 75/77).

Por isso, entendemos que se deva transmitir uma orientação, a respeito, mais prudente aos vereadores, visando-se a segurança de seu proceder no exercício, especialmente verbal, do mandato. E para esse efeito nada melhor - parece-nos - do que manter-se no Anteprojeto (por seu caráter de paradigma), o texto do art. 22, pelo menos basicamente em seus termos originais. Ainda mais que confortados em sólida jurisprudência, permanentemente renovada (cf. JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE ALÇADA CRIMINAL DE SÃO PAULO, vol. II, pág. 392, n. 3045 e 3046; REV. TRIBUNAIS, vols. 389/295; 391/340; 393/328 cit. em arestos de 1977 e 1978 dos Tribunais de Alçada de Minas Gerais e de Justiça do Paraná, in REV. TRIBUNAIS vols. 506/410 e 516/388. E o melhor e mais ilustrativo exemplo desse posicionamento continua sendo o acórdão da 1.ª Câmara Criminal do TJRS, na Apelação Crime n. 25.831, que a REV. JURISPRUDÊNCIA desse Pretório publicou em seu vol. I, págs. 106/108. Após consignar em sua ementa que a impunibilidade "a que se refere o art. 142, inciso III, do Código Penal, não alcança os vereadores que se valem da tribuna para emitir insultos, ofendendo a dignidade alheia", esse julgado assevera: - "ninguém põe em dúvida que os representantes populares, nas Câmaras Municipais, têm o direito a opinar livremente sobre assuntos debatidos nessas casas. Não se pode contestar, porém, que eles respondem (criminalmente) pelos excessos que porventura pratiquem, visto como não dispõem de imunidade. Tudo está, pois, em saber, no caso ora apreciado, se houve excesso punível. A simples leitura do que o acusado externou na sessão de 9 de agosto de 1965, mostra a toda evidência que o seu objetivo, ao usar da palavra naquela sessão, era o de fazer crítica ao Prefeito. Para fazê-la, ele recorreu ao insulto, à ofensa, como aliás, já o fizera de outras vezes." De público (responsabilizando-se pela publicidade de suas palavras), ele emitiu conceitos que importaram, sem dúvida, em ultraje e menoscabo à pessoa do Prefeito, atingindo o sentimento de sua honorabilidade, e praticando, assim, o vereador, inequívoco crime de injúria.

Os vereadores somente estão ao abrigo da impunibilidade por injúria ou difamação, nos estritos termos do inc. III, combinado com o parágrafo único, do art. 142, do Código Penal, que se lhes aplica ao se os incluir por interpretação extensiva, no

conceito de funcionário público, contido no art.327 desse mesmo Código. Mas, ainda assim, segundo o sempre atual magistério de NELSON HUNGRIA "A difamação ou injúria só é tolerada no bojo dos autos, no debate em audiência ou sessão do Tribunal, ou no limitado âmbito do expediente ds repartições oficiais" (in "Comentários ao Código Penal", vol.VI, pág.119, 3.<sup>a</sup> ed.).

E justamente face a essa limitação que por último grifamos, foi que, no art.22 do Anteprojeto, restringimos a possibilidade de os Vereadores enunciarem conceito desfavorável sobre outrem, em votos, apreciações, informações ou pareceres que, no cumprimento do mandato, prestem ou emitam. Originalmente limitáramos essa possibilidade ao restrito âmbito das comissões da Câmara. Agora, porém, entendemos de ampliá-la às sessões secretas do Legislativo; pois só os trabalhos, nestas e nas comissões (diversamente dos desenvolvidos no plenário, em sessões públicas) é que podem equiparar-se aos que discretamente, *intra officium*, desempenham-se nas repartições públicas.

11. Com a Emenda n.º 6, de 4.JUNHO.1976, o art.104 da Constituição da República teve seu texto substancialmente alterado. E, pelo § 5.º que então lhe foi acrescido, passou a ser vedado ao vereador ocupar cargo em comissão ou aceitar, salvo concurso público, emprego ou função no âmbito da administração pública direta ou indireta municipal.

Para JOSÉ AFONSO DA SILVA, toda a matéria sobre incompatibilidades relativas ao titular do mandato de vereador está, agora, inteiramente, regida por esse novo dispositivo constitucional. E entende que, por consequência, derogadas ficaram todas as normas, a respeito, contidas nas constituições estaduais (in "MANUAL DO VEREADOR", ed.CEPAM, 1977, pág.45).

Concordamos em parte, somente, com o insigne municipalista. Parece-nos que novo dispositivo constitucional não se pode atribuir efeito tão amplo. Assim, no caso da Constituição do nosso Estado por exemplo, admitimos que tenha sido derogada apenas a hipótese prevista na letra "b" do inc.I de seu art.153. Desse modo, presentemente, ao vereador é proibido ocupar cargo em comissão ou aceitar, salvo se aprovado em concurso público, emprego ou função, na administração pública direta ou indireta apenas do Município em que o edil exercer o respectivo mandato. E, por interpretação sistemática das normas que se compreendem no próprio art.104 da Lei Maior, entendemos que essa incompatibilidade nasce tão só à partir da posse do vereador em seu mandato. Por isso, no Anteprojeto, a incluímos entre as hipóteses previstas no inciso II de seu art.23. E,

no respectivo inc.I, reduzimos a uma única a incompatibilidade a partir da expedição do diploma de vereador (é a que corresponde à da letra "a" do inc.I do art.153 da Carta Política do Estado).

12. No art.25 do Anteprojeto, elencamos os casos de cassação de mandato de vereador previstos no art.7.º do Decreto-Lei n.º 201, de ".FEVEREIRO.1967, bem como no atual § 5.º do art.152 da Constituição da República, com o novo texto que lhe deu a Emenda n.º 11, de 13.OUTUBRO.1978, e ao qual corresponde o disposto no art.72 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei Federal n.º 5682, de 21.JULHO.1971).

Incidindo em qualquer desses casos, ao indigitado vereador será assegurada ampla defesa, o que significa que o mesmo não se sujeita à perda automática do respectivo mandato, cujas hipóteses estão discriminadas no art.26 do Anteprojeto. É de consignar-se, de outra parte, que apenas nos casos dos incisos I, II e III do art.25 do Anteprojeto é que compete à Câmara Municipal conhecer da denúncia contra o vereador acusado e proceder à cassação de seu mandato, segundo o rito processual previstos nos parágrafos 1.º e 2.º do art.7.º do supracitado Dec.Lei n.º 201/67 e as normas suplementares estabelecidas no Regimento Interno do legislativo do Município.

Nos demais casos do art.25 - ou seja, em seus incisos IV e V, - o processo de cassação do mandato do vereador não só refoge à competência da Câmara Municipal a que pertencer, como sequer dependerá de licença desta, para, no caso do inc.V, o edil ser processado pela Justiça Eleitoral (cf.atual § 6.º do art.152 da Magna Lex).

13. Reinstituída a vereança remunerada, redigimos o art.28 do Anteprojeto à vista do § 2.º do art.15 da Lei Maior (com a redação que lhe deu a Emenda Constitucional n.º 4, de 23.ABRIL.1975) e segundo o estabelecido na Lei Complementar n.º 25, de 2.JULHO.1975, e na recente Lei Complementar n.º 38, de 13.NOVEMBRO.1979, que regulamentam a matéria. E, de acordo com o disposto nestas duas leis complementares à Constituição, cabe registrar que, agora, há possibilidade de os vereadores alterado o seu subsídio, durante a legislatura na qual estiverem exercendo o respectivo mandato, em três hipóteses: nos dois casos previstos respectivamente e em seus atuais termos, no parágrafo único do art.1.º e no art.6.º da Lei Complementar n.º 25/75, quando a alteração é facultativa e os próprios edis podem majorar a sua remuneração; e na hipótese prevista no parágrafo único do art.7.º dessa mesma Lei Complementar, quando, independentemente de qualquer iniciativa, os vereadores terão o seu subsídio obrigatoriamente reduzido.

Isso significa que os edis podem alte-



rar sua própria remuneração nos seguintes casos: 1.) na falta de fixação do subsídio, pela Câmara, na legislatura imediatamente anterior; e 2.) - quando os deputados à Assembléia Legislativa do Estado fixarem ou reajustarem a respectiva remuneração. E o subsídio dos vereadores será cogentemente reduzido, independentemente de qualquer manifestação dos mesmos a respeito, se a defesa total, em determinado ano, com a sua remuneração (calculada de acordo com as normas do art.4.º da Lei Complementar n.º 25/75), vier a ultrapassar a importância correspondente a três por cento (3%) da receita efetivamente realizada no exercício imediatamente anterior.

13.1. com a recente promulgação da supracitada Lei Complementar n.º 38, de 13.NOVEMBRO.1979 (por cujo art.3.º é revogado o art.3.º também, da Lei Complementar n.º 25/75), tornou-se novamente admissível (mas, note-se sem obrigatoriedade), atribuir, ao Presidente da Câmara de Vereadores, uma verba mensal de representação. A mesma, porém, pelo princípio de isonomia, não deve ser superior à que tiver sido fixada para o Prefeito, como Chefe de outro Poder Municipal - o Executivo. E, por vedação constitucional, a mesma verba não pode, ainda, ser vinculada à atribuída ao último.

14. No inciso XXIV do art.31 do Anteprojeto, consignamos, implicitamente, o conceito de decreto legislativo e de resolução. E sempre é conveniente repetir que tanto esta como aquele são atos jurídicos da competência exclusiva do poder legislativo; mas, enquanto os decretos legislativos visam regular matéria que tenha efeitos externos ao poder legislativo que o edita (como a fixação dos subsídios e da verba de representação do Prefeito) as resoluções se destinam a regular matéria de interesse interno, político ou administrativo desse próprio poder (cf. JOSÉ AFONSO DA SILVA, in "Princípios do Processo de Formação das Leis no Direito Constitucional", págs. 181 e 184).

15. Como continuamos a entender, por respeitada a hierarquia das leis estabelecidas no art.46 da Carta Magna, que os Estados e os Municípios podem também decretar leis complementares, respectivamente, às suas constituições (como, por exemplo, ocorre com São Paulo) e às suas leis orgânicas (como é o caso do Município de Porto Alegre), mantivemos, no art. 38 do Anteprojeto, uma definição de lei complementar à Lei Orgânica Municipal, após indicarmos alguns diplomas legais que devem ser objeto da mesma. E assim o fizemos, partindo de um conceito genérico de lei complementar, como sendo aquela lei que,

co à sua aprovação, codifica ou sistematiza normas e princípios relacionados com determinada matéria e estabelecidos genericamente nas Constituições e nas Leis Orgânicas Municipais - ou seja, nas Cartas Políticas dos entes estatais que formam e integram o peculiar sistema federativo brasileiro.

16. - A fim que em sua maior inteireza cabível, seja respeitado o texto constitucional (a cuja simetria, quanto ao princípio do processo legislativo, estão sujeitas as leis orgânicas dos nossos municípios, por imposição do art.143 da Carta Política do Estado, combinado com o art.13, inc.III, da Lei Fundamental), re-produzimos, agora, o mais fielmente possível, no art.46 do Anteprojeto, os termos do parágrafo único, e sua letras, do art.57 da Magna Carta, apenas convenientemente adaptado ao município. Todavia, consignamos para orientação dos senhores edis e prefeitos que, no entanto, mantemos o nosso entendimento de que, nos projetos de lei referidos no citado art.46 deste Anteprojeto, não podem ser admitidas emendas que inclusive apenas indiretamente aumentem as despesas nos mesmos propostas. Enfatizamos, porém, que se trata de mero entendimento interpretativo, suscetível, pois, de alteração ante razões convincentes em contrário.

17. - O caput do art.51 do Anteprojeto está agora convenientemente adaptado aos termos do § 29 do art. 153 da Constituição da República, com sua atual redação pela Emenda n.º 8 de 14 de ABRIL de 1977.

Pelo cotejo desse dispositivo com o texto do parágrafo único do art.52 do Anteprojeto, verifica-se, em primeiro lugar, que os tributos (V. do art.9.º) - e isto é importante repisar - não se confundem com as tarifas ou preços públicos, cuja conceituação - ainda que em termos convenientemente resumidos, mas tecnicamente exatos (cf. KIYOSHI HARADA, in "Dois Temas de Direito Tributário", págs. 39/46 e 55/71, ed. Resenha Tributária, 1976) - procuramos estabelecer no caput do art.52.

De outra parte, e como consequência dessa distinção, é sempre importante repetir-se que os tributos somente podem ser cobrados, em regra, num exercício, se tiverem sido instituídos ou aumentados por lei que, por determinação expressa contida de preferência num de seus dispositivos, entre em vigor antes do final do exercício imediatamente anterior à cobrança dos tributos que ela instituir ou aumentar. Res-salva-se, porém, que, em decorrência da supracitada Emenda Constitucional n.º 8/77, qualquer imposto (inclusive, portanto, municipal) pode, por lei complementar à Constituição da República, ser excepcionaldo dessa regra.

As tarifas ou preços públicos, no entanto, sempre independem de lei que os estabeleça ou majore. Além de serem criados (mas, note-se, por autorização legislativa!) e fixados mediante mero decreto, as tarifas ou preços públicos podem - e também por esse mesmo instrumento - ser reajustado e cobrados a qualquer tempo, bastando que os custos (relativos à utilização de bens, serviços ou outras atividades que o Município põe à disposição ou presta aos respectivos usuários) se tornem deficitários ou, mesmo, inconvenientemente excedente a sua arrecadação.

18. - As datas que consignamos no art.56 do Anteprojeto, correspondem aos prazos fixados no art.66 da Constituição Federal, respectivamente para o Executivo remeter a proposta orçamentária ao Legislativo e para este devolvê-la à sanção daquele.

Face às críticas de que esse dispositivo do Anteprojeto tem sido alvo, especialmente daqueles que desconhecem o dispositivo no art.143 da Constituição do Estado, impende que repitamos as razões que nos levaram a elaborá-lo e, agora, a matê-lo.

Para alguns constitucionalistas, ambos os referidos prazos - ou seja, o relativo para o Executivo remeter a proposta orçamentária à apreciação pelo Legislativo e o para este devolvê-la àquele outro Poder - se integram no processo de elaboração orçamentária, em virtude de este constituir-se tanto da elaboração, pelo Executivo, do projeto da Lei de Meios, como de sua tramitação no Legislativo. Dentre os que assim entendem, e cujo posicionamento sempre pareceu-nos o certo, destacamos PONTES DE MIRANDA (cf. págs. 214/219 do tomo III de seus "Comentários à Constituição de 1967 com a Emenda n. 1 de 1969"), ROBERTO BARCELLOS DE MAGALHÃES (em "A Constituição Federal de 1967", vol.I, pg.211) e - acrescentamos agora - MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO (em seus "Comentário à Constituição Brasileira", vol.II, pag.99).

Para outros, porém, o processo de elaboração orçamentária exaurir-se-ia no Executivo, com a só elaboração, por esse Poder, da proposta de orçamento, até sua remessa ao Legislativo; enquanto a tramitação, no último, dessa proposta, de incluiria no processo legislativo, cujas normas, assim, não seriam aplicadas supletivamente, apenas, como determina o § 4.º do art.66 da Lei Maior.

Ocorre, todavia, e isto é o que importa no particular, que tanto o processo de elaboração orçamentária como o processo legislativo, estabelecidos na Magna Carta, são princípios de observância cogente, quer pelos Estados (cf. art.13, incisos III e IV, da Constituição da República, e

PONTES DE MIRANDA, à pg.286 do tomo II de sua citada obra), quer, em consequência, pelos municípios, por força do art.143 da Carta Política do Estado (cf. Parecer n. 2437, de 1.º NOV. 1973, da Consultoria Geral do Estado).

Desse modo, as datas fixadas no art.56 do Anteprojeto são normas de comando, de observação obrigatória inclusive pelos municípios; pois, como as demais disposições contidas nos dois parágrafos desse dispositivo do Anteprojeto, essas normas, estabelecendo as referidas datas correspondentes aos prazos fixados no art.66 da Lei Maior, se inserem, de qualquer modo, num ou nos dois dos referidos princípios constitucionais de observância cogente.

19. - Pelo art.59 do Anteprojeto deve-se entender - reprisamos - que o numerário relativo às dotações orçamentárias da Câmara deverá, pelo Executivo municipal, ser conservado pelo menos em disponibilidade do Legislativo, sob pena de crime de responsabilidade ou de infração político-administrativa do Prefeito (cf. art.1.º, inc XIV, e art.4.º, incs. I e VII, do Dec.-Lei n. 201/67).

Essa regra, no entanto, não exclui a alternativa de o Presidente da Câmara optar pela requisição e movimentação do referido numerário nos termos do art.65 da Lei federal n. 4320/64.

20. - Como muitos ainda hoje desconhecem as normas contidas no art.117 e seus parágrafos da Constituição da República, entendemos de todo conveniente repetir, também, que, pelo art.60 e seus parágrafos do Anteprojeto, as incluímos neste, em termos adequados ao Município. E assim o fizemos porque a inclusão - e note-se - como previsão, no orçamento, de verba necessária para o pagamento dos débitos constantes de precatórios, apresentados até 1.º de julho de cada exercício é dever constitucional de todo Chefe de Poder Executivo - inclusive do Municipal -, sob pena de este (cf. incisos XII e XIV do art.1.º do Dec.-lei n. 201/67) incorrer em crime de responsabilidade (cf. PONTES DE MIRANDA, à pag.648 do tomo III de sua antes citada obra, e MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO, à pag.239 do vol.II de seus "Comentários à Constituição Brasileira").

21. - Presentes os termos do art.3.º da Emenda n. 11/78 à Carta Magna, permanecem em vigor os dispositivos que remanesceram do Ato Complementar n. 43, de 29 de JANEIRO de 1969, relativos ao orçamento plurianual de investimentos. E por suprirem, os mesmos, as normas constitucionais inexistentes a respeito, eles passaram a integrar a Lei Maior.

Em assim sendo e face à determinação do art.9.º do Ato Complementar n. 43/69, adaptamos ao Município, pelos arts. 61 a

64 e pelo inc. IV do art.78 do Anteprojeto, as normas relativas ao orçamento plurianual de investimentos estabelecidas nesse Ato Complementar, com as alterações aos seus arts. 7.º e 8.º pelo Ato Complementar n.º 76, de 21 de OUTUBRO de 1969.

22. - Não é só pelo respeito ao princípio da simetria constitucional que os estipêndios do Prefeito devem ser fixados no último ano de cada legislatura para vigorarem na imediata. Como pondera HELY LOPES MEIRELLES, é também pela alta finalidade de garantir a independência administrativa e principalmente moral do Executivo perante o Legislativo local, que esses estipêndios - uma vez estabelecidos antes do início do período do mandato do Prefeito - devem permanecer inalterados durante todo o decurso da legislatura a que corresponder tal período. "A realidade tem evidenciado, entretanto, que a fixação da remuneração do prefeito em quantia certa para toda a legislatura, rende ensejo à desatualização de seus vencimentos em face de alteração do custo de vida, tornando-os incompatíveis com as responsabilidades do cargo e irrisórios em comparação com os níveis de salários vigentes no Município" (in "Direito Municipal Brasileiro", 3.ª ed., págs. 828/9).

Justamente para obviar esse problema, mantivemos no Anteprojeto, pelo atual art.75 (correspondente ao § 1.º do art. 74 das suas edições anteriores), a norma segundo a qual o próprio decreto legislativo que fixar o subsídio e a verba de representação do Prefeito, poderá fazê-lo sujeitando estes estipêndios a aumentos anuais determinados, em quantias progressivas, porém específicas, para cada ano de mandato.

Tais aumentos poderão ser expressos em percentagens (cf. parecer n.º 2202, in "Revista da Consultoria Geral do Estado", vol. V, págs. 164/7). No entanto - como o nosso Órgão de há muito tem se manifestado, à vista da regra contida no parágrafo único do art.98 da Constituição da República e que por consenso, sendo geral, é extensiva a todos os agente públicos, inclusive, pois aos políticos - essas percentagens, que determinarão os aumentos anuais dos estipêndios do Prefeito, devem ser desvinculadas de qualquer padrão ou paradigma, como, por exemplo, o percentual correspondente aos seguintes aumentos: o salário-mínimo, do valor de referência de atualização monetária, da receita orçada do Município, da UPC (unidade padrão de capital do BNH), do nível de vencimentos do funcionalismo, etc. Ao invés disso, essas percentagens devem ser quantitativamente determinadas para cada ano de mandato.

Todavia - repetimos nesta oportunidade

-, embora essa possa ser a maneira mais singela de manter atualizados os estipêndios do Prefeito, entendemos que a mais conveniente é fazê-lo em importâncias específicas monetariamente quantificadas. É o que, aliás, alvitramos, com outras palavras, no atual art.75 do Anteprojeto.

O mesmo aqui expedido aplica-se aos estipêndios de Vice-Prefeito que tiver seu mandato remunerado, como o permite o § 3.º do art.156 da Constituição do Estado (cf. Emenda Constitucional n.º 5, de 30 de JUNHO de 1978). A propósito, convém enfatizar que esse novo dispositivo da Carta Política Sul-rio-grandense apenas faculta a atribuição de subsídios e verba de representação ao Vice-Prefeito. E aos municípios que pretenderem instituir estipêndios para este, esclarecemos que a SURBAM se tem posicionado no sentido da necessidade, e não da simples conveniência, de a respectiva Lei Orgânica (simetricamente ao § 2.º do art.77 da Magna Carta quanto ao Vice-Presidente da República, e ao § 2.º do art.59 da Constituição do Estado quanto ao Vice-Governador) dever inserir em seu contexto, como norma fundamental, que, além de auxiliar o Prefeito sempre quando pelo mesmo convocado para missões especiais, ao Vice-Prefeito competem outras atribuições específicas a serem estabelecidas em lei ordinária. Pois, na hipótese de ter o seu mandato remunerado, e se, além da mera expectativa de substituir e suceder o Prefeito (que é sua característica peculiar), nenhuma competência específica for atribuída ao Vice-Prefeito, temos entendido que, com a percepção pelo mesmo do subsídio e da verba de representação que se lhe conferir, estar-se-á configurando inequívoco locupletamento indevido, até mesmo ilícito, dos dinheiros públicos do Município (cf. nosso Parecer n.º 013/79 - SURDAM/SDO).

De outra parte, como se trata de um paradigma, este Anteprojeto da Lei Orgânica Municipal não poderia ser traçado em cima de situações excepcionais, como é a da figura do Vice-Prefeito com mandato remunerado e atribuições permanentes. Mas embora não a tenhamos, por isso, incluído no contexto do modelo, indicamos a seguir, para os municípios que adotarem essa situação excepcional, os dispositivos do Anteprojeto que deverão ser alterados e já com a redação que entendemos adequada à mesma:

"Art.69 - Por ocasião da posse e ao término do respectivo mandato, o Prefeito e o Vice-Prefeito farão declaração de bens, que será transcrita em livro próprio, constatando de ata o seu resumo.

(NESTA HIPÓTESE, ELIMINA-SE O

PARÁGRAFO ÚNICO DESTE DISPOSITIVO  
CONSTANTE DO ANTEPROJETO!)

SEÇÃO III

Do Subsídio e da Verba de Representação

Art.70 - O Prefeito e o Vice-Prefeito, desde a posse, deverão desincompatibilizar-se e ficam sujeitos aos impedimentos, proibições e responsabilidade estabelecidos nas Constituições da República e do Estado, nesta Lei Orgânica e na legislação pertinente.

§ 1.º - O Vice-Prefeito, além de suceder e substituir eventualmente o Prefeito e o auxiliar quando por este convocado para missões especiais, desempenhará outras atribuições que lhe forem conferidas em lei.

§ 2.º - O Prefeito e o Vice-Prefeito não poderão exercer outra função pública, nem ocupar cargo de administração em qualquer empresa comercial ou industrial beneficiada com privilégio, isenção ou favor, em virtude de contrato com a administração municipal.

§ 3.º - O Prefeito não poderá exercer atividade política nem favorecer direta ou indiretamente qualquer organização partidária, sob pena de responsabilidade, promovida por um terço (1/3) dos membros da Câmara (\*)

Art.72 - .....  
Parágrafo Único - O Vice-Prefeito também deverá solicitar licença à Câmara, nos casos dos incisos I e II deste artigo, e no afastamento do Município a serviço ou em missão de representação do Município.

Art.73 - O Prefeito e Vice-Prefeito têm direito a, em períodos distintos, gozar férias anuais de trinta (30) dias.

(\*) Cf. Constituição do Estado, art.158.

Art.74 - O subsídio e a verba de representação do Prefeito e do Vice-Prefeito serão estabelecidos pela Câmara Municipal no último ano de cada legislatura, e antes da eleição que então se processar, para vigorarem na legislatura seguinte. (\*)

Parágrafo Único - A verba de representação não poderá exceder a cinquenta por cento (50%) do valor do respectivo subsídio.

Art.75 - o decreto legislativo que fixar o subsídio e a verba de representação, respectivamente do Prefeito e do Vice-Prefeito, poderá fazê-lo em quantias progressivas, mas específicas, para cada ano de mandato. (\*)

Art.76 - O Prefeito e o Vice-Prefeito, regularmente licenciados pela Câmara, terão direito a perceber seu subsídio e sua verba de representação, quando:

I - em tratamento de saúde;

II - em gozo de férias; e

III - a serviço ou em missão de representação do Município.

Art.91 - O Servidor da Administração direta ou indireta do Município, eleito Prefeito ou Vice-Prefeito, deverá, para o exercício do respectivo mandato, afastar-se do seu cargo, emprego ou função, por cujos vencimentos ou salários poderá, porém, optar, sem prejuízo, em qualquer hipótese, da percepção da verba de representação que lhe for atribuída.

(NESTE CASO, O ART.92 DO ANTEPROJETO  
PARADIGMA DEVERÁ SER ELIMINADO,  
REMUNERANDO-SE OS DISPOSITIVOS QUE  
SE LHE SEGUIREM!)

23. - Quando elaboramos a segunda edição deste Anteprojeto, tivemos de incluir, no mesmo, dispositivos compatíveis com os então recentes novos termos do art.104 da Carta Magna, em decorrência da Emenda Constitucional n.º 6/76. E procuramos fazê-lo segundo a mais consentânea interpretação dessas novas normas constitucionais, relativas ao exercício de mandato eletivo por servidor público. Assim, no que tange à acumulação de vereança com o funcionalismo municipal, seguimos a orientação da "Fundação Prefeito Faria Lima - CEPAM" (Centro de Estudos e Pesquisas da Administração Municipal), Órgão da Secretaria do Interior do Estado de São Paulo e correspondente à nossa SURBAM. Em matéria publicada às págs. 19/20 do vol. VII n.º 5, do "DIRIGENTE MUNICIPAL" de setembro/outubro de 1976, essa conceituada entidade de as-

(\*) V. Justificativas - 23.

sitência aos municípios afirmava, em certo trecho, que "como a Constituição" (em seu art. 104 e parágrafos) "nada estipula a respeito da remuneração de servidor público no exercício do mandato de vereador, a não ser nos casos de simultaneidade, é inteiramente lícito o recebimento cumulativo da remuneração e dos subsídios. infere-se daí que quando, por força da incompatibilidade de horários, o servidor tiver que se afastar para exercer o mandato, em princípio ele deve perceber apenas o subsídio. No entanto, nesse caso não está afastada a hipótese de opção pela remuneração ou pelo subsídio. A Constituição não assegura esse direito, mas não impede que ele seja atribuído ao servidor, por normas competentes". (O grifo é nosso) E como, à época, pareceu-nos possível essa opção e que, para os servidores municipais, a norma competente sobre a mesma deveria estar disposta já na Lei Orgânica do respectivo Município que a admitisse, entendemos de inseri-la, como ressalva final, no parágrafo único do art. 93 do Anteprojeto. E esse nosso entendimento veio a ser corroborado, posteriormente, pelo eminente municipalista JOSÉ AFONSO DA SILVA em seu festejado "Manual do Vereador", ed. 1977, pág. 49.

Não há qualquer dúvida que, considerando-se estritamente as disposições do art. 104 e seus parágrafos da Lei Maior, a questionada opção seria admissível. ocorre, entretanto, que é flagrante a sua inconstitucionalidade face ao que estatui a lei Complementar n. 25/75, especialmente em seu art. 2.º e respectivos parágrafos; pois seria evidente a impossibilidade de se observarem as normas aí determinadas, se o vereador-servidor público pudesse optar pela remuneração de seu cargo, emprego ou função. Por isso, suprimimos, agora, do parágrafo único do art. 93 do Anteprojeto, a sua anterior disposição final.

Porto Alegre, novembro de 1979.

MOYSÉS H. E. BARBOZA

Assessor Jurídico

Unidade de Assistência Técnica  
SURBAM/SDO

#### ANTEPROJETO DE LEI ORGÂNICA

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE .....

A Câmara Municipal de .....  
decreta e promulga a seguinte

#### LEI ORGÂNICA

##### TÍTULO I

##### DO MUNICÍPIO

##### CAPÍTULO I

##### Disposições Preliminares

Art. 1.º - O Município de .....  
é uma das unidades do território do Estado  
do Rio Grande do Sul com autonomia políti-

ca, administrativa e financeira, regendo-se por esta Lei Orgânica e pelas demais leis que adotar, respeitados os princípios estabelecidos nas Constituições Federal e Estadual.

Art. 2.º - É mantido o atual território do Município, que só poderá ser alterado nos termos da Constituição do Estado (\*).

Parágrafo Único - A divisão do Município em distritos depende de lei, observada a legislação estadual pertinente. (\*)

Art. 3.º - Os símbolos do Município são os estabelecidos em lei.

Art. 4.º - São Poderes do Município, independentes e harmônicos, o Legislativo e o Executivo. (\*\*)

Parágrafo Único - Salvo as exceções previstas nesta Lei Orgânica, um Poder não pode delegar atribuições a outro, e nenhum cidadão investido na função de um deles pode exercer a de outro.

Art. 5.º - O Município pode celebrar convênios com a União, o Estado e outros municípios, para realização de obras ou exploração de serviços públicos de interesse comum.

Parágrafo Único - Pode, ainda, o Município, através de convênios ou consórcios com outros municípios, criar entidades intermunicipais para a realização de obras, atividades ou serviços específicos de interesse comum, devendo ser os mesmos aprovados por lei dos municípios participantes.

Art. 6.º - A autonomia do município é assegurada:

I - pela eleição direta, nos termos da legislação federal, do Prefeito e do Vice-Prefeito, que compõem o Executivo Municipal, e dos Vereadores, que compõem a Câmara Municipal;

II - pela administração própria, no que respeita a seu peculiar interesse, especialmente.

a) à instituição e arrecadação dos tributos de sua competência, à fixação e cobrança de tarifas ou preços públicos municipais e à aplicação de suas rendas;

b) à organização dos serviços públicos locais.

#### CAPÍTULO II

##### Da Competência

Art. 7.º - Compete ao Município prover a tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

I - organizar-se administrativamente, observadas as legislações federal e estadual pertinentes;

II - decretar suas leis, e expedir decretos e atos relativos aos assuntos de seu peculiar interesse;

III - adquirir, alienar e doar os seus

bens, bem como aceitar doações legados e heranças, e dispor sobre sua administração e utilização;

IV- desapropriar por necessidade ou utilidade públicas e por interesse social, nos casos e nos termos previstos em lei, exceto para fins de reforma agrária;

V- dispor sobre concessão, permissão e autorização de serviços públicos locais e do uso de seus bens, por terceiros, respeitados, quanto à primeira, o disposto no Art. 167 da Constituição da República e a legislação federal pertinente; (\*)

VI - organizar os quadros e estabelecer o regime jurídico de seus servidores;

VII - elaborar o seu Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e os planos diretores de suas zonas definidas em lei municipal;

VIII- estabelecer normas de loteamento e de parcelamento do solo em geral, respeitada a legislação federal a respeito;

IX - estabelecer servidões administrativas necessárias à realização de seus serviços;

X- regulamentar e fiscalizar a utilização dos logradouros públicos, e, especialmente, nas zonas urbanas;

a) - determinar o itinerário e os pontos de parada dos transportes coletivos em geral;

b) fixar os locais de estacionamento de táxis e demais veículos;

c) fixar e sinalizar, de acordo com a legislação federal pertinente, as faixas de rolamento do Município, os limites das zonas de silêncio e de trânsito em condições especiais;

d) disciplinar os serviços de carga e descarga, e fixar a tonelagem máxima permitida a veículos que circulem em suas vias públicas;

XI - fixar as tarifas dos serviços municipais, inclusive os de transporte coletivo e de táxis, observados, quanto aos primeiros, o disposto no Art. 167, incisos II e III, da Constituição da República e a legislação federal a respeito; (\*)

XII- dispor sobre a limpeza dos logradouros públicos bem como sobre a remoção e o destino do lixo domiciliar e de detritos de qualquer natureza;

XIII- licenciar a localização dos estabelecimentos comerciais, industriais e outros, manter serviços de permanente fiscalização dos mesmos e cassar os respectivos alvarás dos que se tornarem nocivos ou inconvenientes à saúde, à higiene e ao bem-estar públicos e as bons costumes, observadas as normas federais e estaduais pertinentes;

(\*) V. Justificativas- 6.

XIV- estabelecer, respeitada a legislação do trabalho, as condições e horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, industriais e similares.

XV- dispor sobre o serviço funerário

XVI- dispor sobre edificações, inclusive sobre sua interdição e demolição, especialmente quando, em ruínas ou em condições de absoluta insalubridade, atentarem contra a incolumidade pública;

XVII - regularmente, autorizar e fiscalizar a afixação de cartazes, anúncios, emblemas e quaisquer outros meios de publicidade e propaganda, em locais públicos e particulares do Município;

XVIII- regulamentar, autorizar e fiscalizar os jogos esportivos, os espetáculos e divertimentos públicos, sujeitos ao poder de polícia do Município;

XIX dispor sobre registro, captura e destino de animais, com o fim de prevenir e erradicar a hidrofobia e outras moléstias de que possam ser portadores ou transmissores;

XX- dispor sobre a apreensão e depósito de semoventes, mercadorias e móveis em geral, no caso de transgressão de leis e demais atos municipais, bem como sobre a forma e condições do destino das coisas apreendidas;

XXI- dispor sobre os serviços públicos em geral, regulamentando-os, inclusive os de caráter de uso coletivo, como os de água, gás, luz e energia elétrica, estabelecendo os respectivos processos de instalação, distribuição e consumo no Município;

XXII- estabelecer penalidades, disposto sobre a competência das autoridades com poder de aplicá-las, por infrações às leis e regulamentos municipais;

Art. 8.º - Compete, ainda, ao Município, concorrente ou supletivamente com a União ou o Estado:

I- zelar pela saúde, higiene, assistência e segurança públicas;

II- promover o ensino, a cultura geral e a assistência social;

III- prover sobre a defesa da flora e da fauna, assim como dos bens e locais de valor histórico, turístico ou arqueológico;

IV- prover sobre a prevenção e o controle da poluição sonora, do ar e da água, fazendo cessar, no exercício do poder de polícia administrativa, as atividades que violarem as normas pertinentes;

V- fiscalizar, nos locais de venda, pesos e medidas e condições sanitárias dos gêneros de consumo, observada a legislação federal a respeito;

VI- prover a prevenção e os serviços de extinção de incêndio.

Parágrafo Único - O Município aplicará, anualmente, no ensino de primeiro grau o percentual mínimo de sua receita tribu-



tária nos termos estabelecidos no Art. 15, § 3º, letra "f", da Constituição Federal.

(\*)

Art. 9º - Compete ao Município a arrecadação dos seguintes tributos, instituídos por lei municipal, respeitados os princípios constitucionais e a legislação federal pertinentes:

I- Impostos sobre:

a) Propriedade Predial e Territorial Urbana; e

b) Serviços de Qualquer Natureza, não compreendidos na competência tributária da União e do Estado;

II- Taxas, pelo exercício de seu poder de polícia ou pela utilização de serviços públicos de sua atribuição, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição; e

III- Contribuição de melhoria dos proprietários de imóveis valorizados por obras públicas municipais que os beneficiem.

Parágrafo Único - As taxas não podem ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que tenham servido para a incidências de qualquer imposto.

Art. 10 - Ao Município é vedado:

I- instituir ou majorar tributos sem que a lei os estabeleça;

II- estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou mercadorias, por meio de tributos;

III- instituir imposto sobre:

a) o patrocínio, a renda ou os serviços da União, dos Estados e dos Municípios;

b) os templos de qualquer culto;

c) o patrimônio, a renda ou os serviços dos partidos políticos e de instituições de educação ou de assistência social, observados os requisitos da lei; e

d) o livro, o jornal e os periódicos, assim como o papel destinado à sua impressão;

IV- realizar operações ou acordos e contrair empréstimos externos de qualquer natureza, sem prévia manifestação da Assembleia Legislativa do Estado e autorização do Senado Federal;

V- estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o exercício, ou manter com eles os seus representantes relações de aliança ou dependência de caráter estritamente confessional;

VI- utilizar ou permitir que seja utilizado, para propaganda político-partidária ou para fins estranhos à administração, qualquer dos bens ou serviços municipais, ressalvadas as exceções previstas na legislação eleitoral;

VII- criar distinções entre brasileiros ou preferências em favor de qualquer

(\*) V. Justificativas - 7.

pessoa de direito público interno; e

VII- recusar fé aos documentos públicos.

Parágrafo Único- O disposto na alínea "a" do inciso III deste artigo é extensivo às autarquias, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes; mas não se estende aos serviços públicos concedidos, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto que incidir sobre imóvel objeto de promessa de compra e venda.

## TÍTULO II DO LEGISLATIVO

### CAPÍTULO I Disposições Gerais

Art. 11 - O Poder Legislativo do Município é exercido pela Câmara Municipal, composta de Vereadores, segundo o disposto nas legislações federal e estadual à respeito, e funciona de acordo com seu Regimento Interno.

Art. 12 - No dia 31 de janeiro do primeiro ano de cada legislatura, cuja duração coincide com a do mandato dos Vereadores, a Câmara, sob a presidência do mais idoso dos edis presentes, reúne-se em sessão solene de instalação, independentemente de número, para a posse dos vereadores; e, estando presente a maioria absoluta destes, será, a seguir, procedida a eleição da Mesa, cujos componentes ficarão automaticamente empossados.

§ 1º - No ato da posse, exibidos os diplomas e verificada a sua autenticidade, o Presidente, de pé, no que será acompanhado por todos os Vereadores, proferirá o seguinte compromisso: - "PROMETO CUMPRIR E FAZER CUMPRIR A LEI ORGÂNICA, AS LEIS SOB A INSPIRAÇÃO DO PATRIOTISMO, DA LEALDADE, DA HONRA E DO BEM COMUM". Ato contínuo, feita a chamada nominal, cada Vereador, levantando-se, declara: - "ASSIM O PROMETO". Após, cada edil assinará o termo competente.

§ 2º - Se não houver o quorum estabelecido no artigo para a eleição da Mesa, ou, havendo, esta não for realizada, a Câmara ainda sob a presidência do mais idoso dentre os Vereadores presentes, receberá de imediato à posse destes, o compromisso do Prefeito e do Vice-Prefeito, aos quais dará posse.

§ 3º - O Vereador mais idoso, dentre os presentes à sessão de instalação da legislatura, permanecerá na presidência da Câmara e convocará sessões diárias até que seja eleita a Mesa, com a posse de seus membros.

§ 4º - A seguir, constituir-se-á a Comissão Representativa na forma estabelecida

da no artigo 34 e seu parágrafo único, e, observado o parágrafo único do artigo 17, serão eleitos os membros das Comissões Técnicas permanentes que a Câmara entender necessárias, entrando esta logo em recesso.

§ 5.º - Ao Presidente da Mesa compete a presidência da Câmara Municipal e, no seu exercício, representá-la judicial e extrajudicialmente.

§ 6.º - Além das demais atribuições que lhe são conferidas por esta Lei Orgânica e pelo Regimento Interno da Câmara, o Presidente encaminhará ao Prefeito, até o dia 20 de janeiro de cada ano, a prestação de contas da Mesa da Câmara, relativas ao exercício anterior.

Art.13 - A Câmara Municipal, independentemente de convocação, reunir-se-á, anualmente, na sede do Município, de 1.º de março a 30 de junho e de 1.º de agosto a 30 de dezembro, em dia e horário estabelecido no Regimento Interno.

§ 1.º - A Câmara funcionará em recinto previamente destinado para tal.

§ 2.º - Comprovada a impossibilidade de acesso ao local estabelecido, ou motivo que impeça a sua utilização, as sessões da Câmara poderão ser realizadas em recinto diverso, designado pelo competente Juiz de Direito da Comarca no auto de verificação da ocorrência, a requerimento do Presidente.

§ 3.º - Por deliberação da Câmara, as suas sessões solenes poderão ser realizadas em qualquer outro recinto.

§ 4.º - O dia, o horário e o local de sessões da Câmara deverão ser previamente tornados públicos, na forma do art.99 e seus parágrafos.

Art.14 - A convocação extraordinária da Câmara caberá, quando o exigir o interesse da administração, privativamente ao Prefeito. (\*)

Parágrafo Único - Nas sessões extraordinárias, a Câmara somente poderá deliberar sobre a matéria da convocação.

Art.15 - A Câmara funciona com a presença, no mínimo, de mais da metade de seus membros, e as suas deliberações são tomadas por maioria de votos dos presentes, ressalvadas exceções previstas nesta Lei Orgânica. (\*\*)

§ 1.º - O Presidente da Câmara vota apenas quando houver empate nas votações, quando a matéria exigir deliberação por maioria absoluta ou por dois terços (2/3) dos membros do Legislativo Municipal e nas votações secretas.

§ 2.º - Considera-se presente à sessão o Vereador que tenha assinado o livro de presença, respondido à chamada e que par-

(\*)Cf.art.157; inc. V, da Const. do Estado

(\*\*) V. Justificativas - 2.

ticipa dos trabalhos de plenário.

§ 3.º - Realizada, ou não, qualquer sessão da Câmara, lavrar-se-á ata circunstanciada.

Art.16 - As sessões da Câmara são públicas, salvo deliberação em contrário tomada pela maioria absoluta de seus membros, quando ocorrer motivo relevante; e as suas deliberações somente poderão ser tomadas por votação secreta nas eleições da Mesa e nos casos especiais previstos nesta Lei.

Art.17 - Nos períodos de recesso da Câmara, funcionará a Comissão Representativa, na forma do Regimento Interno.

Parágrafo Único - Na constituição da Comissão Representativa, assim como na das Comissões Técnicas, será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos que participem da Câmara.

Art.18 - A prestação de contas do Prefeito, referente à gestão financeira do ano anterior, será apreciada pela Câmara até trinta (30) dias após o recebimento do respectivo parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado, o qual somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços (2/3) dos membros da Câmara.

Art.19 - Sempre que o Prefeito manifestar o propósito de, pessoalmente, apresentar seu relatório anual sobre sua gestão relativa ao exercício anterior ou expor assuntos de interesse público perante a Câmara, comunicá-lo-á ao Presidente do Legislativo Municipal, que o receberá em sessão previamente designada.

Art.20 - A Câmara Municipal e suas Comissões, por deliberação da maioria de seus membros, podem convocar Secretários Municipais para comparecerem perante elas, a fim de prestarem informações sobre assuntos previamente especificados e constantes da convocação. (\*)

§ 1.º - Três (3) dias úteis antes do comparecimento, o convocado deverá enviar à Câmara, ou Comissão, exposição em torno das informações pretendidas.

§ 2.º - Independentemente de Convocação, quando qualquer Secretário, desde que devidamente autorizado pelo Prefeito, de-sejar prestar esclarecimentos ou solicitar providências legislativas à Câmara ou a suas Comissões, estas ou aquela designarão dia e hora para ouvi-lo.

Art.21 - A Câmara pode criar comissão especial de inquérito nos termos do Regimento Interno, respeitado o disposto do inciso XVIII, do art.31, desta Lei Orgânica.

Parágrafo Único - Não será criada comissão especial de inquérito, enquanto estiverem funcionando concomitantemente pelo

(\*) V. Justificativas - 9

menos cinco (5), salvo deliberação em contrário por parte da maioria dos membros da Câmara.

## CAPÍTULO II

### Dos Vereadores

Art.22 - Os vereadores não gozam de imunidade parlamentar; todavia, é-lhes admitido, nos estritos termos do art.142, inciso III, e seu parágrafo único, do Código Penal, enunciar conceito desfavorável contra outrem, em votos, apreciações, informações ou pareceres que, no cumprimento do respectivo mandato, prestem ou emitam nas sessões secretas da Câmara ou no restrito âmbito de suas comissões. (\*)

Art.23 - É vedado ao Vereador: (\*\*)

I - desde a expedição do diploma, celebrar contrato com a administração pública, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes:

II - desde a posse:

a) ser diretor, proprietário ou sócio de empresa beneficiada com privilégio, isenção ou favor, em virtude de contrato com a administração pública municipal;

b) exercer outro mandato eletivo;

c) ocupar cargo ou exercer funções públicas municipais de que seja demissível ad nutum;

d) aceitar, independentemente de concurso público, emprego ou função na administração direta ou indireta do Município;

e) patrocinar causa contra pessoa jurídica de direito público.

Art.24 - Desde que se licencie do exercício de seu mandato, o Vereador pode ocupar cargo de Secretário Municipal.

Art.25 - Sujeita-se à perda do mandato o Vereador que: - (\*\*\*)

I - utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção, de improbidade administrativa ou atentatórios às instituições vigentes;

II - proceder de modo incompatível com a dignidade da Câmara ou faltar com o decoro a esta em sua conduta pública;

III - fixar residência fora do Município;

IV - tiver suspensos os direitos políticos;

V - praticar atos de infidelidade partidária, segundo o disposto na Constituição da República e na legislação federal pertinente.

Parágrafo Único - Assegurado amplo direito de defesa ao Vereador enquadrado em qualquer dos casos deste artigo, o respectivo rito processual será objeto de normas regimentais, observadas as disposições constitucionais e da legislação federal a respeito.

(\*) V. Justificativas - 10

(\*\*) V. Justificativas - 11

(\*\*\*) V. Justificativas - 12

Art.26 - Extingue-se automaticamente o mandato do Vereador, nos termos da legislação federal pertinente e da Constituição do Estado, quando:

I - ocorrer falecimento, renúncia por escrito, cassação dos direitos políticos ou condenação por crime funcional ou eleitoral;

II - deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara, dentro do prazo de dez (10) dias;

III - deixar de comparecer, sem que esteja licenciado, a cinco (5) sessões ordinárias consecutivas, ou a três (3) sessões extraordinárias, que não sejam durante o recesso da Câmara, convocadas pelo Prefeito para apreciação de matéria urgente;

IV - Incidir nos impedimentos para o exercício do mandato, estabelecidos no art.23, e não se desincompatibilizar até a expedição do diploma ou até a posse, conforme o caso, e, nos casos supervenientes, no prazo fixado em lei ou pela Câmara.

§ 1.º - Ocorrido e comprovado o fato extintivo, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, comunicá-lo-á ao plenário e fará constar da ata a declaração de extinção do mandato e convocará imediatamente o respectivo suplente.

§ 2.º - Se o Presidente da Câmara omitir-se nas providências do parágrafo anterior, o suplente do Vereador ou o Prefeito poderá requerer, em Juízo, a declaração de extinção do mandato, e, se julgada procedente, a respectiva decisão judicial importará na destituição automática do Presidente omissor do cargo da Mesa e no seu impedimento para nova investidura, nesta, durante toda a legislatura, além de Juiz condená-lo às cominações legais decorrentes do princípio da sucumbência.

Art.27 - Nos casos de licença e de vaga por cassação ou extinção automática do mandato, o Vereador será substituído pelo suplente, convocado nos termos da lei.

§ 1.º - Cabe à Câmara conceder licença ao Vereador, nos termos de seu Regimento Interno.

§ 2.º - Em caso de vaga, e não havendo suplente, o Presidente da Câmara comunicará o fato, dentro de quarenta e oito (48) horas, diretamente ao Tribunal Regional Eleitoral.

Art.28 - O mandato de Vereador é remunerado, nos termos da legislação federal complementar. (\*)

§ 1.º - O subsídio dos Vereadores será fixado em decreto legislativo, no final de cada legislatura, só podendo ser alterado, no decurso da legislatura seguinte em que vigorar a remuneração, nas hipóteses previstas na legislação federal complementar pertinente. (\*)

(\*) V. Justificativas - 13.

§ 2.º - Observado o disposto no parágrafo anterior, o Presidente da Câmara faz jus a uma verba de representação mensal de valor não superior à atribuída ao Prefeito Municipal, sem ser, porém, vinculada à este. (\*)

Art.29 - O Vereador que for funcionário efetivo, servidor estável ou que exercer ou aceitar, por aprovação em concurso público, emprego ou função, no âmbito da administração direta ou indireta do Município, perceberá, cumulativamente, a remuneração da vereança e os vencimentos ou salários do respectivo cargo, função ou emprego, nos termos do art.93 desta Lei Orgânica.

### CAPÍTULO III

Das atribuições da Câmara Municipal

Art.30 - Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias atribuídas explícita ou implicitamente ao Município pelas Constituições da República e do Estado, e especialmente:

I - legislar sobre os tributos de competência municipal, bem como sobre o cancelamento da dívida ativa do Município, sobre isenções, anistia e moratória tributárias, e sobre extinção do crédito tributário do Município por compensação, transação ou remissão, com ou sem relevação o disposto na legislação federal pertinente;

II - Votar o orçamento anual e o plurianual de investimentos;

III - autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais; e deliberar sobre os créditos extraordinários abertos pelo Executivo;

IV - autorizar operações de crédito, deliberando sobre a forma e os meios de seu pagamento;

V - legislar sobre concessão de auxílios e subvenções;

VI - deliberar sobre as concessões de uso de bens do Município;

VII - deliberar sobre o arrendamento, aforamento e a alienação de bens imóveis do Município;

VIII - legislar sobre normas relativas ao uso, por terceiros, de bens do município;

IX - legislar sobre normas de concessão de serviços públicos locais, respeitadas o disposto no Art.167 da Constituição da República e a legislação federal pertinente; (\*\*)

X - deliberar sobre a aquisição de bens imóveis, quando se tratar de doação com encargo;

XI - deliberar sobre a aprovação do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e demais planos de diretrizes urbanas do

Município;

XII - legislar sobre a criação e extinção de cargos e funções públicas municipais, bem como a fixação e a alteração dos respectivos vencimentos e outras vantagens pecuniárias;

XIII - legislar sobre o regime jurídico dos servidores municipais;

XIV - legislar sobre a criação, reforma, denominação e extinção de órgãos e serviços públicos municipais;

XV - dispor sobre a divisão territorial do Município, observadas as normas pertinentes da Constituição Federal e da legislação do Estado; (\*)

XVI - legislar sobre o zoneamento urbano, bem como sobre a denominação de vias, logradouros e prédios públicos municipais;

XVII - decretar as leis complementares à Lei Orgânica, observado o disposto no art.39, e seus parágrafos, e no art.40;

XVIII - deliberar sobre a transferência temporária da sede dos Poderes Municipais, quando o interesse público o exigir;

XIX - deliberar sobre projeto de lei do Executivo, que o autorize a mobilizar ou alienar os bens, créditos e valores que pertençam ao Ativo Permanente do Município, bem como a amortizar ou resgatar as dívidas fundadas e outras, deste, que compreendam o seu Passivo Permanente.

Art.31 - Compete, privativamente, à Câmara Municipal:

I - eleger sua Mesa, bem como destituí-la, na forma regimental;

II - elaborar seu Regimento Interno;

III - dispor sobre a organização de sua Secretaria, seus serviços e polícia;

IV - propor projetos de lei sobre a criação, forma de provimento e extinção dos cargos e funções de seu quadro de pessoal e serviços; bem como sobre a fixação e alteração dos respectivos vencimentos e outras vantagens, observado o disposto no art.41, e seu parágrafo único, e no art.48;

V - votar e promulgar a Lei Orgânica, bem como emendá-la nos termos do art.37, e seus parágrafos, e do art.47 e seu parágrafo único;

VI - dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito, quando eleitos, e conhecer de sua renúncia;

VII - Conceder licença ao Prefeito e aos Vereadores para afastamento dos respectivos cargos;

VIII - autorizar o Prefeito a ausentar-se do Município por mais de dez (10) dias, ou do Estado por qualquer tempo;

IX - fixar, por decreto legislativo, os subsídios e a verba de representação do Prefeito, nos termos do art.74;

(\*) V. Justificativas - 13.1

(\*\*) V. Justificativas - 6.

(\*) V. Justificativas - 4.

X - Julgar o Prefeito e os Vereadores por infrações definidas nesta Lei Orgânica em conformidade com a legislação federal a respeito; e, de acordo com o disposto nessa legislação e na Constituição do Estado, cassar ou declarar extintos os respectivos mandatos;

XI - autorizar o Prefeito, nos termos da Constituição do Estado, a contrair empréstimos, regulando-lhe as condições e a respectiva aplicação;

XII - aprovar os convênios em que o Município for parte;

XIII - solicitar informações por escrito ao Executivo, sobre assuntos administrativos;

XIV - propor ao Prefeito, mediante indicação, a execução de qualquer obra ou medida que interesse à coletividade ou ao serviço público;

XV - convocar qualquer Secretário Municipal para informações sobre matéria de sua competência, observado o disposto no art.20 e seu § 1.º;

XVI - exercer a fiscalização financeira e orçamentária do Município, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, tomando e julgando as contas do Prefeito nos termos do art.18;

XVII - resolver, em sessão e votação secretas, sobre a nomeação de Diretores-Presidentes das sociedades de economia mista ou Município, bem como quando determinado em lei, sobre a nomeação de dirigentes de outros órgãos de cooperação governamental.

XVIII - criar comissão de inquérito por prazo certo e sobre fato determinado que se inclua na competência municipal, mediante requerimento de um terço (1/3), no mínimo, de seus membros, observando o disposto no parágrafo único do art.21;

XIX - suspender, por decreto legislativo, a execução, no todo ou em parte, de lei, ato, resolução ou regulamento municipal, ou de qualquer de suas respectivas disposições, que hajam sido declarados, por decisão do Poder Judiciário estadual transitada em julgado, infringentes das Constituições da República ou do Estado, desta Lei Orgânica ou das leis;

XX - tomar a iniciativa de projetos de leis estaduais, nos termos do art.31 da Constituição do Estado;

XXI - promover, por deliberação da maioria absoluta de seus membros, representação para que o Estado intervenha no Município, nos casos e termos estabelecidos no art.150, § 1.º inciso I, da Constituição Estadual;

XXII - mudar a sua sede, em definitivo, para onde for transferida, com este caráter, a sede do Município;

XXIII - conceder título de cidadão honorário, ou qualquer outra homenagem ou

honraria, a pessoas que reconhecidamente tenham prestado serviços relevantes ao Município, mediante decreto legislativo aprovado, no mínimo, por dois terços (2/3) de seu membros; (\*)

XXIV - deliberar, mediante resolução, sobre quaisquer assuntos de sua economia interna, e, nos demais casos de sua competência privativa que tenham efeitos externos, por meio de decreto legislativo. (\*\*)

Art.32 - São, ainda, objeto de deliberação privativa da Câmara Municipal, dentre outros atos e medidas, na forma do Regimento Interno:

I - requerimentos;

II - indicações; e

III - moções.

#### CAPÍTULO IV

##### Da Comissão Representativa

Art.33 - A Comissão Representativa funciona nos períodos de recesso da Câmara Municipal e tem as seguintes atribuições:

I - zelar pelas prerrogativas do Poder Legislativo;

II - velar pela observância da Lei Orgânica e das leis em geral;

III - autorizar o Prefeito a ausentar-se do Município e do Estado;

IV - convocar Secretários do Município ou titulares de órgãos equivalentes, nos termos do art.20 e de seu § 1.º.

Parágrafo Único - As normas relativas ao funcionamento e desempenho das atribuições da Comissão Representativa são estabelecidas no Regimento Interno da Câmara.

Art.34 - A Comissão Representativa, constituída por número ímpar de membros efetivos, é composta pelo Presidente, sendo eleitos os demais componentes, bem como os respectivos suplentes, em votação secreta, observando o disposto no parágrafo único do art.17.

Parágrafo Único - A presidência da Comissão Representativa cabe ao Presidente da Câmara, cuja substituição far-se-á na forma regimental.

Art.35 - A Comissão Representativa, logo após o encerramento do período de recesso em que funcionou, deve apresentar à Câmara relatório dos trabalhos por ela realizados.

(\*) V. Justificativas - 2, in fine

(\*\*) V. Justificativas - 14

CAPÍTULO V

Das Leis e do Processo Legislativo

Art.36 - O processo legislativo compreende a elaboração de:

- I - emendas à Lei Orgânica;
- II - leis complementares à Lei Orgânica;
- III - leis ordinárias;
- IV - decretos legislativos; e
- V - resoluções.

Art.37 - A Lei Orgânica pode ser emendada mediante proposta:

- I - de um terço (1/3), no mínimo, dos membros da Câmara Municipal; e
- II - do Prefeito.

§ 1.º - Em qualquer dos casos deste artigo, observado o disposto no parágrafo único do art.47, a proposta será discutida e votada pela Câmara em duas (2) sessões, dentro de noventa (90) dias, a contar da sua apresentação ou recebimento, e havida por aprovada quando obtiver, em ambas as votações, maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara.

§ 2.º - O prazo previsto no parágrafo anterior não correrá nos períodos de recesso da Câmara.

§ 3.º - A emenda à Lei Orgânica será promulgada pela Mesa da Câmara com respectivo número, em ordem cronológica.

Art.38 - São objeto de lei complementar o Código de Obras, o Código de Posturas, o Código Tributário, o Estatuto dos Funcionários Públicos, a Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município, bem como a de seus planos diretores urbanos, e as demais leis que codifiquem ou sistematizem normas e princípios relacionados com determinada matéria e genericamente estabelecidos nesta Lei Orgânica. (\*)

Art.39 - Os projetos de lei complementar serão revistos por comissão especial da Câmara.

§ 1.º - Dos projetos de códigos, com as respectivas exposições de motivos, será dada divulgação com a maior amplitude possível, antes de submetidos à deliberação da Câmara.

§ 2.º - Dentro de quinze (15) dias, contados da data em que se publicarem os projetos referidos no parágrafo anterior, qualquer cidadão poderá apresentar sugestões sobre eles, ao Prefeito ou ao Presidente da Câmara; neste caso, o último as encaminhará à comissão especial para apreciação.

Art.40 - Os projetos de lei complementar somente serão aprovados se obtiverem maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara Municipal, observados os demais termos de votação dos projetos de lei or-

dinária.

Art.41 - Igualmente observados os demais termos de votação dos Projetos de lei ordinária, também só pela maioria absoluta dos membros da Câmara serão aprovados os projetos de lei que criem cargos na Secretaria do Legislativo Municipal.

Parágrafo Único - Os projetos de lei de que trata este artigo deverão ser votados e, dois turnos, com intervalo mínimo de quarenta e oito (48) horas entre ambos; e apenas serão admitidas emendas, aos mesmos, que de qualquer forma aumentem as despesas ou o número de cargos previstos, quando as respectivas proposições forem assinadas pela metade, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.

Art.42 - A iniciativa das leis municipais, salvo nos casos de competência exclusiva, cabe a qualquer membro ou órgão da Câmara Municipal, ou ao Prefeito.

Art.43 - É da competência exclusiva do Prefeito a iniciativa das leis que:

I - disponham sobre matéria financeira;

II - versem sobre matéria orçamentária, autorizem a abertura de créditos ou concedam subvenções e auxílios;

III - criem cargos ou funções públicas, fixem ou aumentem vencimentos ou vantagens dos servidores públicos, ou, de qualquer modo, aumentem a despesa pública, ressalvada a competência privativa expressamente atribuída à Câmara Municipal nos incisos III e IV do art.31 desta Lei Orgânica;

IV - criem ou suprimam órgãos ou serviços do Executivo;

V - tratem da destinação em geral dos bens imóveis do Município.

Art.44 - No início ou em qualquer fase da tramitação de projetos de lei, sobre qualquer matéria, da competência exclusiva do Prefeito, este poderá solicitar à Câmara que os aprecie no prazo de quarenta e cinco (45) dias, a contar do seu recebimento pelo Poder Legislativo.

§ 1.º - Na falta de deliberação dentro do prazo estipulado neste artigo, considerar-se-ão aprovados os projetos.

§ 2.º - O prazo estabelecido neste artigo não correrá nos períodos de recesso da Câmara.

§ 3.º - O disposto neste artigo não se aplica aos projetos das leis complementares a que se refere o art.38, nem aos demais de codificação e nem às propostas orçamentárias.

Art.45 - Decorridos trinta (30) dias do recebimento de um projeto de lei pela Câmara, o seu Presidente, a requerimento de qualquer Vereador, mandará incluí-lo na ordem do dia, para ser discutido e votado, mesmo sem parecer.

(\*) - V. Justificativas - 15



Parágrafo único - Nesse caso, o projeto somente poderá ser retirado da ordem do dia, se o autor do pedido de sua inclusão, nesta desistir do respectivo requerimento.

Art.46 - Não serão admitidas emendas que aumentem a despesa proposta: (\*)

I - nos projetos de lei cuja iniciativa seja da exclusiva competência do Prefeito, nos termos do art.43; e

II - nos projetos de lei sobre a organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal.

Parágrafo Único - Os projetos das leis orçamentárias e das que autorizem a abertura de créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública, somente receberão emendas nas comissões da Câmara, sendo final o pronunciamento destas, salvo se um terço (1/3) dos membros da Câmara requerer ao seu Presidente a votação em plenário, que se fará sem discussão, de emenda aprovada ou rejeitada nas comissões.

Art.47 - O projeto de lei que receber, quanto ao mérito, parecer contrário de todas as comissões, será tido como rejeitado.

Parágrafo único - A matéria de lei que receber, quanto ao mérito, parecer contrário de todas as comissões, será tido como rejeitado.

Parágrafo único - A matéria constante de projeto de lei rejeitado, assim como a proposta de emenda à Lei Orgânica, rejeitada ou havida por prejudicada, será arquivada; e, ressalvadas as proposições de iniciativa do Prefeito, somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante a proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art.48 - Os projetos de lei aprovados pela Câmara Municipal serão enviados ao Prefeito logo que concluída a respectiva votação, e este, aquiescendo, os sancionará; para o mesmo fim, ser-lhe-ão remetidos os projetos tidos por aprovados nos termos do § 1.º do art.44.

§ 1.º - Se o Prefeito julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á, total ou parcialmente, dentro de quinze (15) dias úteis, conta dos daquele em que o receber, comunicando-o ao Presidente da Câmara; e, dentro de quarenta e oito (48) horas, encaminhará a este os motivos do veto. No recesso da Câmara, o veto deverá ser publicado pelo Prefeito.

§ 2.º - Decorrida a quinquena de que trata o parágrafo anterior, o silêncio do Prefeito importará em sanção.

§ 3.º - Devolvido o projeto à Câmara,

(\*) V. Justificativas - 16.

no caso § 1.º, será ele submetido, dentro de quarenta e cinco (45) dias, contados da data de seu recebimento, com ou sem parecer, a discussão única, considerando-se o aprovado se, em votação pública, obtiver o voto favorável de dois terços (2/3) dos membros da Câmara, caso em que será o projeto enviado ao Prefeito para promulgação.

§ 4.º - Esgotado, sem deliberação, o prazo anterior, o veto será considerado mantido, ressalvado o disposto no § 6.º.

§ 5.º - Não sendo a lei promulgada dentro de quarenta e oito (48) horas pelo Prefeito, nos casos dos parágrafos 2.º e 3.º deste artigo, o Presidente da Câmara a promulgará em igual prazo.

§ 6.º - No caso de o prazo fixado no § 3.º deste artigo findar em período de recesso da Câmara, o prazo será suspenso durante este, retomando o seu curso na data de reinstalação da sessão legislativa.

Art.49 - Nos casos dos incisos IV e V do art.36, considerar-se-á encerrada a elaboração do decreto legislativo ou da resolução concluída a votação da sua redação final, cabendo, respectivamente, ao Presidente e à Mesa da Câmara a sua promulgação, com o número correspondente, em ordem cronológica.

### TÍTULO III

#### DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

##### CAPÍTULO I

##### Da Receita e da Despesa

Art.50 - A receita municipal é constituída dos tributos da competência do Município, da participação deste em tributos da União e do Estado, das tarifas ou preços públicos municipais, bem como de outros ingressos legalmente permissíveis.

Art.51 - Nenhum tributo será exigido sem que a lei o estabeleça, nem cobrado, em cada exercício, sem que o houver instituído ou aumentado esteja em vigor antes do início do exercício financeiro, salvo o imposto que por lei complementar à Constituição Federal, for excepcionado da observância desta regra. (\*)

§ 1.º - Nenhum contribuinte será obrigado ao pagamento de qualquer tributo lançado pela Prefeitura, sem prévia notificação.

§ 2.º - Do lançamento do tributo, cabe ao contribuinte recurso ao Prefeito, no prazo de quinze (15) dias, a contar da notificação.

§ 3.º - A forma de notificação será estabelecida em lei competente.

Art.52 - As tarifas ou preços públicos são devidos pela utilização, sem obrigatoriedade legal, de bens do Município, bem como de serviços ou outras atividades municipais de natureza privada, mas de interesse público embora não essencial, que a

administração municipal põe à disposição dos munícipes ou lhes presta, segundo o livre interesse destes. (\*)

Parágrafo único - As tarifas ou preços públicos, fixados pelo Prefeito mediante decreto, deverão cobrir os custos e encargos da Municipalidade, relativamente à utilização de bens municipais, bem como dos serviços e demais atividades prestadas pelo Município nos termos estabelecidos neste artigo, e poderão ser reajustados a qualquer tempo quando se tornarem deficitários ou excedentes. (\*)

Art. 53 - A despesa pública municipal observará os princípios pertinentes inseridos na Constituição da República e as normas gerais de direito financeiro estabelecidas em legislação federal, ficando desde logo estatuído:

I - nenhuma despesa será ordenada ou realizada sem que exista dotação orçamentária própria, ressalvada a que correr por conta de crédito extraordinário;

II - nenhuma lei que crie ou aumente despesa será sancionada, sem que dela conste a indicação de recurso para atender os encargos decorrentes.

## CAPÍTULO II

### Dos Orçamentos

Art. 54 - Os orçamentos anual e plurianual de investimentos do Município obedecerão ao disposto, a respeito, na Constituição Federal e em sua legislação complementar, às normas gerais de direito financeiro e às disposições desta Lei Orgânica, nos termos de seus artigos, 43, 46, e seu parágrafo único, e nos deste Capítulo.

Art. 55 - Na apreciação das propostas orçamentárias, pela Câmara Municipal, não serão objeto de deliberação as emendas de que decorram aumento de despesa global ou de cada órgão, fundo, projeto ou programa ou que visem a modificar-lhes o montante, a natureza ou o objetivo.

Art. 56 - O projeto de lei orçamentária anual será enviado pelo Prefeito à Câmara até 31 de agosto de cada exercício anterior ao que deverá vigor; e a Câmara deverá remetê-lo ao Prefeito, para sanção, até o dia 1.º de dezembro seguinte ao recebimento do projeto. (\*\*)

§ 1.º - Se a Câmara Municipal não o devolver para sanção até o dia previsto neste artigo, o projeto será promulgado como lei.

§ 2.º - Aplicam-se ao projeto de lei orçamentária as demais normas relativas à elaboração legislativa, no que não contrariem o disposto neste Capítulo e na seção correspondente ao mesmo, no que for aplicável, da Constituição Federal.

(\*) V. Justificativa - 17.

(\*\*) V. Justificativa - 18

§ 3.º - O Prefeito pode enviar mensagem à Câmara para propor a modificação do projeto de lei orçamentária, enquanto não estiver concluída a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 57 - Os créditos especiais e extraordinários não podem ter vigência além do exercício em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro (4) meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites dos seus saldos, poderão vigorar até o término do exercício financeiro subsequente.

Parágrafo único - A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para sua cobertura, nos termos da legislação federal pertinente.

Art. 58 - As operações de crédito, para antecipação da receita autorizada no orçamento anual, não excederão a vinte e cinco por cento (25%) da receita total estimada para o exercício financeiro, e, até trinta (30) dias depois do encerramento deste, serão obrigatoriamente liquidadas.

Parágrafo único - Executadas as operações da dívida pública, a lei que autorizar operação de crédito, a qual deva ser liquidada em exercício financeiro subsequente, fixará desde logo as dotações que hajam de ser incluídas no orçamento anual, para os respectivos serviços de juros, amortização e regate, durante o prazo para a sua liquidação.

Art. 59 - O numerário relativo às dotações orçamentárias da Câmara Municipal será posto à disposição desta no início de cada mês, em quotas correspondentes a um duodécimo (1/12). (\*)

Parágrafo único - Nos créditos suplementares ou especiais abertos em favor da Câmara, o respectivo numerário será posto à disposição desta em parcelas iguais correspondentes aos meses de vigência do crédito, sendo a primeira até quinze (15) dias após a promulgação da respectiva lei autorizatória.

Art. 60 - Os pagamentos devidos pela Fazenda Municipal, em virtude de sentença judicial transitada em julgado, far-se-ão na ordem de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para esse fim (\*\*)

§ 1.º É obrigatória a inclusão, no orçamento, de verba necessária ao pagamento dos débitos do Município, constantes de precatórios judiciais, apresentados até primeiro de julho.

§ 2.º - As dotações orçamentárias e os

(\*) V. Justificativa - 19.

(\*\*) V. Justificativa - 20.

créditos abertos serão consignados ao Poder Judiciário, recolhendo-se as importâncias respectivas à repartição municipal competente. E os respectivos pagamentos serão efetuados, segundo as possibilidades competentes. E os respectivos pagamentos serão efetuados, segundo as possibilidades do depósito, à vista de precatório expedido pelo Presidente do Tribunal competente, ao qual também caberá, ouvido o chefe do Ministério Público junto ao mesmo, autorizar, a requerimento do credor preterido em seu direito de precedência, o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito.

Art.61 - Nenhum investimento, cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, poderá ser iniciado sem prévia inclusão no orçamento plurianual de investimentos, ou sem prévia lei que o autorize e fixe o montante das dotações que anualmente constarão do orçamento, durante o prazo de sua execução. (\*)

Art.62 - O orçamento plurianual de investimentos, que abrangerá período de três (3) anos, consignará exclusivamente as despesas de capital e indicará os recursos orçamentários e extraordinários anualmente destinados à sua execução, inclusive os financiamentos contratados ou previstos. (\*\*)

Parágrafo único - Excluídas as entidades que não recebem subvenções ou transferências à conta do orçamento plurianual de investimentos compreenderá as despesas de capital de todos os poderes, órgãos e fundos, tanto da administração direta quanto da indireta, sendo que as consignações às entidades pertencentes à última serão incluídas sob a forma de dotações globais.

Art.63 - Através de proposição devidamente justificada, o Executivo poderá a qualquer tempo, propor à Câmara a revisão do orçamento plurianual de investimentos, assim como o acréscimo de exercícios para substituir os já vencidos.

Art.64 - A Câmara Municipal apreciará os orçamentos plurianuais de investimentos no prazo de noventa (90) dias e na forma prevista no art.56, e seus parágrafos, desta Lei Orgânica.

### CAPÍTULO III

Da Fiscalização Financeira e Orçamentária

Art.65 - A fiscalização financeira e orçamentária do Município é exercida mediante controle externo da Câmara Municipal e pelos sistemas de controle interno do Executivo Municipal, instituídos por lei.

Art.66 - O controle externo da Câmara Municipal, exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, compreenderá:

I - a tomada e o julgamento das contas

(\*) V. Justificativas - 21.

(\*\*) V. Justificativas - 21.

do Prefeito, nos termos do art. 18 desta Lei Orgânica, compreendendo as dos demais administradores e responsáveis por bens e valores públicos municipais, inclusive as da Mesa da Câmara; e

II - o acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias do Município.

§ 1.º - Para os efeitos deste artigo, o Prefeito deve remeter à Câmara e ao Tribunal de Contas do Estado, até trinta e um (31) de março, as contas relativas à gestão financeira municipal do exercício imediatamente anterior.

§ 2.º - As contas, relativas à aplicação dos recursos recebidos da União e do Estado, serão prestadas pelo Prefeito na forma da legislação pertinente, sem prejuízo de sua inclusão na prestação de contas a que se refere o parágrafo anterior.

Art.67 - Os sistemas de controle interno, exercidos pelo Executivo Municipal, terão por finalidade, além de outras:

I - criar condições indispensáveis para assegurar eficácia ao controle externo e regularidade da realização da receita e despesa;

II - acompanhar a execução de programas de trabalho e a dos orçamentos;

III - avaliar os resultados pelos administradores e verificar a execução dos contratos:

### TÍTULO IV

#### DO EXECUTIVO

#### CAPÍTULO I

#### Do Prefeito e do Vice-Prefeito

#### SEÇÃO I

#### Disposições Gerais

Art.68 - O Prefeito é o chefe do Poder Executivo Municipal, sendo eleito juntamente com o Vice-Prefeito e os Vereadores, na forma da legislação federal, e com o Vice-Prefeito, tomará posse, imediatamente à dos Vereadores, perante a Câmara, na mesma sessão solene de instalação de cada legislatura.

§ 1.º - Ao tomarem posse, o Prefeito e o Vice-Prefeito prestarão o seguinte compromisso: "PROMETO CUMPRIR E FAZER CUMPRIR A LEI ORGÂNICA, AS LEIS DA UNIÃO, DO ESTADO E DO MUNICÍPIO, PROMOVER O BEM COLETIVO E EXERCER O MEU MANDATO SOB A INSPIRAÇÃO DO PATRIOTISMO DA LEALDADE E DA HONRA".

§ 2.º - Se, decorridos dez (10) dias da data fixada para a posse, o Prefeito ou o Vice-Prefeito, salvo motivo justificado aceito pela Câmara, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago pelo Plenário.

§ 3.º - Em caso de impedimento temporário do Prefeito ou de vacância do respectivo cargo, assumirá o Vice-Prefeito, ou, se este não o fizer, o Presidente da Câmara Municipal, até a cessação do impedimento do Prefeito ou o termo do seu mandato.

Art.69 - Na ocasião da posse e ao término do mandato, o Prefeito fará declaração de bens, que será transcrita em livro próprio, constando de ata o seu resumo.

Parágrafo único - O Vice-Prefeito fará declaração de bens, na forma deste artigo, no momento em que assumir, pela primeira vez, o cargo de Prefeito,

Art.70 - O Prefeito, desde a posse, e o Vice-Prefeito, quando assumir a chefia do Executivo Municipal, deverão desincompatibilizar-se e ficam sujeitos aos impedimentos, proibições e responsabilidades estabelecidas nas Constituições da República e do Estado, nesta Lei Orgânica e na legislação federal pertinente.

§ 1.º - O Prefeito não poderá exercer outra função pública nem cargo de administração em qualquer empresa comercial ou industrial beneficiada com privilégio, isenção ou favor, em virtude de contrato com a administração municipal.

§ 2.º - O Prefeito não poderá exercer atividade política nem favorecer direta ou indiretamente qualquer organização partidária, sob pena de responsabilidade, promovida por um terço (1/3) dos membros da Câmara. (\*)

Art.71 - Nos crimes comuns e nos de responsabilidade, o Prefeito e o Vice-Prefeito serão processados e julgados na forma prescrita em lei federal.

## SEÇÃO II

### Das Licenças e das Férias

Art.72 - O Prefeito deverá solicitar licença da Câmara, sob pena de extinção de seu mandato, nos casos de:

I - tratamento de saúde, por doença devidamente comprovada;

II - gozo de férias; e

III - afastamento do Município por mais de dez (10) dias, ou do Estado por qualquer tempo.

Art.73 - O Prefeito tem direito a gozar férias anuais de trinta (30) dias.

## SEÇÃO III

### Do Subsídio e da Verba de Representação

Art.74 - O subsídio e a verba de representação do Prefeito serão estabelecidos pela Câmara Municipal no último ano de cada legislatura, e antes da eleição que então se processa, para vigorarem na legislatura seguinte. (\*\*)

Parágrafo único - A verba de representação não poderá exceder a cinquenta por cento (50%) do valor do subsídio.

Art.75 - O decreto legislativo que fixar o subsídio e a verba de representação do Prefeito, poderá fazê-lo em quantias progressivas, mas específicas, para cada

ano de mandato. (\*)

Art.76 - O Prefeito regularmente licenciado pela Câmara terá direito a perceber seu subsídio e a verba de representação, quando:

I - em tratamento de saúde;

II - em gozo de férias; e

III - a serviço ou em missão de representação do Município.

## SEÇÃO IV

### Das Atribuições do Prefeito

Art.77 - Ao Prefeito, como chefe da administração municipal, cabe executar as deliberações da Câmara dos Vereadores, dirigir, fiscalizar e defender os interesses do Município, e adotar, de acordo com a lei, todas as medidas administrativas de utilidade pública.

Art.78 - Compete privativamente ao Prefeito:

I - representar o município, judicial e extrajudicialmente;

II - exercer, com o auxílio dos Secretários do Município ou dos titulares de órgãos equivalentes, a direção superior da administração municipal;

III - iniciar o processo legislativo, nos casos e na forma previstos nas Constituições da República e do Estado, e nesta Lei Orgânica;

IV - enviar, à Câmara, no prazo estabelecido no art.56 desta Lei Orgânica, os projetos de lei do orçamento anual e do plurianual de investimentos; (\*\*)

V - vetar, no todo ou em parte, os projetos de lei aprovados pela Câmara;

VI - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara;

VII - expedir, quando necessário, regulamentos para fiel execução das leis;

VIII - expedir decretos;

IX - decretar a desapropriação, por utilidade pública ou interesse social, nos termos da legislação federal pertinente e do inc.IV do art.7.º desta Lei Orgânica, de bens e serviços, bem como promovê-la, e instituir servidões administrativas;

X - permitir ou autorizar o uso, por terceiros, de bens municipais;

XI - conceder, permitir ou autorizar a execução, por terceiros, de obras e serviços públicos, observadas a legislação federal e a estadual sobre licitações;

XII - autorizar a aquisição ou compra de quaisquer bens, pela Municipalidade, observadas, também, a legislação federal e a estadual sobre licitações;

XIII - fazer publicar os atos oficiais;

XIV - dispor sobre os serviços e obras da administração pública;

XV - prover, na forma da lei, as fun-

(\*) Cf. Constituição do Estado, art.158.

(\*\*) V. Justificativa - 22.

(\*) V. Justificativas - 22.

(\*\*) V. Justificativas - 18.

ções e cargos públicos, e expedir os demais atos referentes à situação funcional dos servidores, exceto os da Secretaria da Câmara;

XVI - Contrair empréstimos, mediante prévia autorização da Câmara;

XVII - submeter à manifestação da Assembléia Legislativa do Estado as autorizações da Câmara para o Município realizar operações ou acordos e contrair empréstimos externos, solicitando-lhe que após manifestar-se a respeito, remeta as respectivas propostas à autorização do Senado Federal;

XVIII - Fixar, por decreto, as tarifas ou preços públicos municipais, observado o disposto no parágrafo único do art. 52;

XIX - administrar os bens e as rendas públicas municipais, promovendo o lançamento, a fiscalização e a arrecadação dos tributos, bem como das tarifas ou preços públicos municipais;

XX - autorizar as despesas e pagamentos dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos votados pela Câmara;

XXI - colocar à disposição da Câmara, dentro de quinze (15) dias da promulgação da lei autoritória de abertura, em seu favor, de créditos suplementares ou especiais, e, até o último dia de cada mês, a parcela correspondente ao duodécimo (1/12) de sua dotação orçamentária;

XXII - aplicar multas e penalidades quando previstas em leis, regulamentos e contratos como de sua exclusiva competência, e relevá-las na forma e nos casos estabelecidos nesses provimentos;

XXIII - resolver sobre requerimentos, reclamações, representações e recursos que lhe forem dirigidos, nos termos de lei ou regulamento;

XXIV - oficializar as vias e logradouros públicos, obedecida a legislação que as denominou, bem como as normas legais pertinentes;

XXV - aprovar projetos de edificações e planos de loteamento, arruamento, desmembramento e zoneamento urbano ou para fins urbanos;

XXVI - solicitar o auxílio da Polícia do Estado, para garantir o cumprimento de seus atos;

XXVII - fazer publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

XXVIII - apresentar à Câmara, observado o disposto no artigo 19, e remeter ao Tribunal de Contas do Estado, até trinta e um (31) de março de cada ano, a prestação de contas relativa à gestão financeira municipal do exercício imediatamente anterior, acompanhada de relatório circunstanciado das atividades e dos serviços municipais, sugerindo à Câmara as providências que entender necessárias;

XXIX - prestar à Câmara, por ofício,

dentro de trinta (30) dias, prorrogáveis a seu pedido, as informações solicitadas pela mesma e referentes aos negócios do Município, sem prejuízo de fazê-lo na forma do artigo 19;

XXX - comparecer espontaneamente à Câmara, para expor ou solicitar-lhe providências de competência do Legislativo, sobre assuntos de interesse público, observado o disposto no artigo 19;

XXXI - convocar extraordinariamente a Câmara, quando o interesse da administração o exigir.

Parágrafo único - O Prefeito, dentro dos limites por ele estabelecidos no decreto para que tal expedir, poderá outorgar ou delegar, a seus auxiliares, as atribuições constantes dos incisos XIII, XV, XIX e XX deste artigo, e outras funções administrativas que não sejam de sua exclusiva competência.

## CAPÍTULO II

Dos Auxiliares Diretos do Prefeito

Art. 79 - São auxiliares diretos do Prefeito:

- I - os Secretários Municipais; (\*) e
- II - os Subprefeitos.

Art. 80 - Os Secretários Municipais, de livre nomeação e exoneração do Prefeito, serão providos nos correspondentes cargos em comissão criados por lei, a qual fixará o respectivo padrão de vencimentos, bem como seus deveres, competência e atribuições, estabelecendo-se, desde logo, as seguintes, dentre outras:

I - orientar, coordenar e supervisionar as atividades dos órgãos e entidades da administração municipal, na área de sua competência;

II referendar os atos e decretos do Prefeito, e expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos relativos aos assuntos de suas Secretarias ou órgãos equivalentes;

III - praticar os atos pertinentes às atribuições que lhes forem delegadas pelo Prefeito;

IV - apresentar ao Prefeito, até (1.º) de março de cada ano, relatório anual dos serviços realizados no exercício anterior por suas Secretarias ou órgãos equivalentes;

V - comparecer à Câmara Municipal, quando por esta convocado na forma e nos casos estabelecidos nesta Lei Orgânica;

Art. 81 - Os Subprefeitos, em número não superior a um (1) por distrito, são delegados de confiança do Prefeito, por este livremente nomeados e exonerados.

Parágrafo único - À exceção da sede do Município, todos os seus distritos poderão ter Subprefeitos.

(\*) V. Justificativas - 9.

Art.82 - Compete aos Subprefeitos, nos limites do distrito correspondente:

I - executar e fazer cumprir as leis regulamentos vigentes, bem como, de acordo com as instruções recebidas do Prefeito, os demais atos por este expedidos.

II- fiscalizar os serviços distritais;

III- atender as reclamações dos munícipes, e encaminhá-las ao Prefeito quando se tratar de matéria estranha às suas atribuições, comunicando aos interessados a decisão proferida;

IV- solicitar ao Prefeito as providências necessárias ao distrito;

V- prestar contas ao Prefeito, mensalmente, ou quando lhe forem solicitadas.

Art.83 - As funções de Subprefeito são exercidas gratuitamente, podendo, porém, ser remuneradas nos termos da lei criadora dos respectivos cargos em comissão.

Art.84- Os auxiliares diretos do Prefeito farão declaração de bens, na forma estabelecida no art.69, no ato da posse e no do afastamento definitivo do respectivo cargo ou função.

## TÍTULO V

### DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

#### CAPÍTULO I

##### Dos Servidores Municipais

Art.85 - Servidores públicos municipais são todos quantos percebam pelos cofres do Município, reservando-se a denominação de funcionário para os que sejam ocupantes de cargos criados em lei e na forma por esta estabelecida.

Art.86 - O Município estabelecerá em lei estatutária o regime jurídico de seus servidores, respeitados os princípios fixados na Constituição Federal e nesta Lei Orgânica.

Art.87 - Os cargos públicos terão, pela lei que os criar, fixados sua denominação, padrão de vencimentos, condições de provimento e atribuições.

Art.88 - A criação e extinção dos cargos da Secretaria da Câmara, bem como a fixação e alteração de seus vencimentos, dependerão do projeto de lei da exclusiva iniciativa do Legislativo Municipal, que uma vez aprovado irá a sanção do Prefeito, observadas as normas do processo legislativo e especialmente o disposto no art.41 e seu parágrafo único desta Lei Orgânica.

Parágrafo Único - Aplica-se, no que couber, aos funcionários da Câmara Municipal, o sistema de classificação e níveis de vencimentos dos cargos do Poder Executivo.

Art.89 - O servidor municipal será responsável civil, criminal e administrati-

vamente pelos atos que praticar no exercício do cargo ou função, ou a pretexto de exercê-los.

Parágrafo Único- Caberá ao Prefeito e ao Presidente da Câmara decretar a prisão administrativa dos servidores que lhes sejam subordinados, quando omissos ou remissos na prestação de contas de dinheiros públicos, sujeitos à sua guarda.

Art.90 - O Município responderá pelos danos que seus servidores, no exercício de suas funções, venham a causar a terceiros.

Parágrafo Único- Caberá ao Município ação regressiva contra o servidor responsável, em caso de culpa ou dolo.

Art.91 - O servidor da administração direta ou indireta do Município, eleito Prefeito, deverá, para o exercício do respectivo mandato, afastar-se do seu cargo, emprego ou função, por cujos vencimentos ou salários poderá, porém, optar em detrimento do subsídio de Prefeito, sem prejuízo, em qualquer hipótese, da percepção da verba de representação que lhe for atribuída.

Art.92 - O servidor da administração direta ou indireta do Município, eleito Vice-Prefeito, somente afastar-se-á do seu cargo, função ou emprego ao substituir o Prefeito, quando lhe serão assegurados os mesmos direitos conferidos a este pelo artigo anterior.

Art.93 - Investidos em mandato de Vereador, e havendo compatibilidade de horários, o funcionário efetivo, o servidor estável e o que exercer ou aceitar, por aprovação em concurso público, emprego ou função, no âmbito da administração direta ou indireta do Município, exercerão tanto a vereança como o respectivo cargo, função ou emprego, percebendo, cumulativamente, os respectivos vencimentos ou salários e a remuneração da vereança.

Parágrafo Único- Não havendo compatibilidade de horários, o Vereador, que for servidor do Município nos termos deste artigo, afastar-se-á do seu cargo, função ou emprego. (\*)

Art.94 - Ao servidor da administração direta e indireta do Município, afastado do respectivo cargo, função ou emprego para exercer qualquer mandato eletivo, contar-se-á o tempo deste como de serviço para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

Art.95 - O Município poderá estabelecer, por lei ou convênio, o regime previdenciário de seus servidores não sujeitos à legislação trabalhista.

Parágrafo Único - No caso de o regime previdenciário do Município ser estabele-

(\*) V.Justificativas- 23.



cido por convênio, a respectiva contribuição, por desconto compulsório nos vencimentos dos servidores sujeitos ao mesmo, será autorizada por Lei.

Art.96 - O disposto neste Capítulo aplica-se aos servidores do Executivo e do Legislativo do Município.

## CAPÍTULO II

### Dos Atos Municipais

#### SESSÃO I

##### Da Forma

Art.97 - Os atos administrativos de competência do Prefeito devem ser expedidos com a observância das seguintes normas:

I - decretos, numerados em ordem cronológica, especialmente nos seguintes casos:

- a) regulamentação de lei;
- b) instituição, modificação e extinção de atribuições não privativas de lei;
- c) provimento e vacância dos cargos de Auxiliares Diretos do Prefeito;
- d) abertura de créditos extraordinários e, até o limite autorizado por lei, de créditos suplementares e especiais;
- e) declaração de utilidade ou necessidade pública, ou de interesse social, para efeito de desapropriação ou de servidão administrativa, observada a ressalva do inc.IV do art.7.º desta Lei Orgânica;
- f) aprovação de regulamento ou de regimento;
- g) permissão de serviços públicos e de uso de bens municipais por terceiros, bem como a respectiva revogação, inclusive dos contratos de concessão dos referidos serviços;
- h) medidas executórias do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e dos planos urbanísticos do Município;
- i) criação, extinção, declaração ou modificação de direitos dos munícipes e servidores municipais do Executivo, não privativos de lei;
- j) normas não privativas de lei;

l) fixação e alteração das tarifas ou preços públicos municipais, observado o disposto no art.52 e seu parágrafo único desta Lei Orgânica;

II- portarias, nos seguintes dentre outros casos:

a) provimento e vacância dos cargos públicos, ressalvada a hipótese da letra "c" do inciso I;

b) lotação e relotação nos quadros de pessoal;

c) autorização para contrato e dispensa de servidores sob o regime da legislação trabalhista;

d) abertura de sindicâncias e processos administrativos, aplicação de penalidades e demais atos individuais relativos a servidores;

e) autorização de uso, por terceiros, de bens municipais;

f) outros casos determinados em lei ou decreto;

III- ordens de serviço, nos casos de determinações com efeitos exclusivamente internos.

Parágrafo Único- Além das atribuições ressalvadas no parágrafo único do art.78 desta Lei Orgânica, também as constantes dos incisos II e III deste artigo podem ser delegadas pelo Prefeito, mediante decreto.

Art.98 - Ao Presidente da Câmara Municipal, no exercício de sua competência administrativa, cabe expedir os atos a que se referem os incisos II e III do artigo anterior, nos casos previstos nos mesmos.

#### SEÇÃO II

##### Da Publicação

Art.99- A publicação das leis e dos atos administrativos far-se-á sempre por afixação na sede da Prefeitura ou da Câmara, conforme o caso.

§ 1.º - Os atos de efeitos externos e os internos são de caráter geral só terão eficácia após a sua publicação, sendo que os primeiros também pela imprensa quando houver.

§ 2.º - A eventual publicação dos atos não normativos pela imprensa, poderá ser resumida.

§ 3.º - A escolha do órgão de imprensa para divulgação das leis e atos municipais deverá ser efetuada por licitação, em que se levarão em conta, além das normas estabelecidas, na legislação federal e estadual pertinentes, as circunstâncias de frequência, horário, tiragem e distribuição.

#### SEÇÃO III

##### Do Registro

Art.100- O Município terá os livros que forem necessários aos seus serviços e obrigatoriamente, os de:

I- termos de compromisso e posse;

II- declarações de bens;

III- atas das sessões da Câmara;

IV- registros de leis, decretos, decretos-legislativos, resoluções, regulamentos, instruções, portarias e ordens de serviço;

V- cópia de correspondência oficial;

VI- protocolo, índice de papéis e livros arquivados;

VII- registro cadastral de habilitação

de firmas para licitações por tomada de preços;

- IX- contratos de servidores;
- X- contratos em geral;
- XI- contabilidade e finanças;
- XII- permissões e autorizações de serviços públicos e uso de bens imóveis municipais por terceiros;
- XIII- tombamento de bens imóveis do Município;
- XIV- cadastro dos bens imóveis e semoventes municipais;

XV- registro de termos de doação nos loteamentos aprovados;

§ 1.º - Os livros serão abertos e encerrados e terão suas folhas rubricadas pelo Prefeito e pelo Presidente da Câmara, conforme o caso, ou por funcionário regularmente designado para tal fim.

§ 2.º - Os livros referidos neste artigo poderão ser substituídos, conforme o caso, por outro sistema, inclusive por fichas e arquivo de cópia, devidamente numeradas e autenticadas.

#### SEÇÃO IV

##### Das Certidões

Art. 101 - A Prefeitura e a Câmara, ressalvados os casos em que o interesse público devidamente justificado impuser sigilo, são obrigadas a fornecer no prazo máximo de dez (10) dias, a qualquer interessado, certidões de atos, contratos e decisões, sob pena de responsabilidade de autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição. No mesmo prazo deverão atender às requisições judiciais, se outro não for o fixado em lei ou pelo juiz.

Parágrafo Único- A certidão relativa ao exercício do cargo de Prefeito será fornecida por Secretário da Prefeitura.

#### CAPÍTULO III

##### Dos Bens Municipais

Art. 102 - São bens municipais todos os imóveis, móveis e semoventes, bem como os direitos e ações que, a qualquer título, pertençam ao Município.

Art. 103 - Cabe ao Prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara quanto àqueles utilizados em seus serviços.

Art. 104 - Todos os bens imóveis municipais deverão ser tombados, e os semoventes e móveis cadastrados, sendo que os móveis serão também numerados, segundo o estabelecido em regulamento.

Art. 105- A aquisição de bens pelo Município será realizada mediante prévia li-

citação, nos termos da legislação federal e da estadual pertinentes.

Art. 106 - A alienação de bens municipais, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será sempre precedida de avaliação, autorização legislativa e licitação, sendo esta realizada nos termos estabelecidos na legislação federal e na estadual.

§ 1.º - Será dispensada a licitação a que se refere o artigo, nos seguintes casos:

I- nas doações, observadas as seguintes normas:

a) quando de imóveis, deverá constar obrigatoriamente de contrato, se for o caso, os encargos do donatário, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de retrocessão, sob pena de nulidade do ato;

b) quando de móveis, somente será permitida se for destinada a fins de interesse social;

II- nas permutas;

III- na venda de ações, que será admitida exclusivamente em Bolsa.

§ 2.º - Preferentemente à venda, à doação e ao aforamento de seus bens imóveis, o Município outorgará concessão de direito real de uso dos mesmos, observado o disposto no "caput" deste artigo. A licitação por este exigida poderá ser dispensada por lei, quando o uso se destinar a concessionário de serviço público, a entidades assistenciais, ou quando houver relevante interesse público, devidamente justificado.

§ 3.º - Independente de autorização legislativa, o Executivo pode alienar os bens móveis do Município considerados, por Comissão Especial nomeada pelo Prefeito, obsoletos ou de uso antieconômico para o serviço público, sendo porém, indispensável a sua licitação que se fará por leilão precedido de edital publicado com o prazo de quinze (15) dias, e no qual constará a relação dos bens leiloados, com o respectivo valor mínimo para a sua arrematação, arbitrado pela referida Comissão.

Art. 107 - O uso, por terceiros, de bens municipais, poderá ser efetuado mediante concessão, permissão ou autorização, conforme o caso e o interesse público exigir.

§ 1.º - A concessão administrativa dos bens públicos municipais de uso especial e dominicais dependerá de autorização legislativa e licitação, e far-se-á mediante contrato, sob pena de nulidade do ato. A lei, inclusive a que autorizar a concessão, poderá dispensar a licitação, quando o uso se destinar a concessionário de serviço público, a entidades assistenciais, ou quando houver interesse público relevante, devidamente justificado.

§ 2.º - A concessão administrativa dos bens públicos municipais de uso comum somente poderá ser outorgada para finalida-

des escolares, de assistência social ou turísticas, mediante autorização legislativa.

§ 3.º - A permissão, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita a título precário, mediante decreto.

§ 4.º - A autorização, que também poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita mediante portaria, para atividades ou usos específicos e transitórios, pelo prazo máximo de sessenta (60) dias.

Art.108 - Poderão ser cedidos a particulares, para serviços transitórios máquinas e operadores da Prefeitura, desde que não haja prejuízo para os trabalhos normais do Município, e o interessado recolha previamente a quantia arbitrada, correspondente ao uso da maquinaria e à remuneração de seus operadores, bem como assine termo de responsabilidade pela conservação e devolução dos bens que lhe forem cedidos.

#### CAPÍTULO IV

##### Das Obras e Serviços Municipais

Art.109- A execução das obras públicas municipais deverá ser sempre precedida de projeto elaborado segundo as normas técnicas adequadas.

Parágrafo Único- As obras públicas poderão ser executadas diretamente pela Prefeitura, por suas autarquias e entidades paraestatais, e, indiretamente, por terceiros, mediante licitação, nos termos da legislação federal e da estadual pertinentes.

Art.110- As concessões, a terceiros, de execução de serviços públicos serão feitas mediante contrato, após prévia licitação, observadas as normas pertinentes estabelecidas na legislação federal e na estadual.

Art.111- As permissões, a terceiros para execução de serviços públicos serão sempre outorgadas a título precário, mediante decreto.

Art.112- Serão nulas de pleno direito as concessões e as permissões realizadas em desacordo com o estabelecido nos dois artigos antecedentes.

§ 1.º - Os serviços concedidos ou permitidos ficarão sujeitos à regulamentação e fiscalização do Município, incumbindo, aos que os executam, sua permanente atualização e adequação às necessidades dos usuários, observada, quanto aos primeiros, a legislação federal a respeito, nos termos do art.167 da Constituição Federal. (\*)

§ 2.º - O Município poderá retomar, sem indenização, os serviços concedidos ou permitidos, desde que executados em des-

conformidade, respectivamente, com o contrato ou o ato permissivo, bem como aqueles que se revelarem insuficientes para o atendimento dos usuários.

§ 3.º - A publicidade exigida pela legislação federal, no caso de a licitação para as concessões de serviços públicos, se por concorrência, deverá ser ampla, inclusive em jornais da Capital do Estado, nos termos da legislação pertinente.

#### CAPÍTULO V

##### Das Normas do Planejamento Municipal

Art.113- O Município deverá organizar a sua administração e exercer suas atividades dentro de um processo de planejamento permanente, atendendo às peculiaridades e aos princípios técnicos convenientes ao desenvolvimento integrado da comunidade.

Parágrafo Único - Considera-se processo de planejamento a definição de objetivos determinados em função da realidade local, a preparação dos meios para atingi-los, o controle de sua aplicação e avaliação dos resultados obtidos.

Art.114- O Município iniciará o seu processo de planejamento, elaborando o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, no qual constarão, em conjunto, os aspectos físicos, econômicos, sociais e administrativos, nos seguintes termos:

I- físico-territorial - com disposições sobre o sistema viário urbano e rural, o zoneamento urbano, o loteamento urbano ou para fins urbanos e, ainda, sobre as edificações e os serviços públicos locais;

II- econômico - com disposições sobre o desenvolvimento econômico do Município;

III- social- com normas destinadas à promoção social da comunidade local e ao bem-estar da população;

IV- administrativo -- com normas de organização institucional que possibilitem a permanente planificação das atividades municipais, e sua integração nos planos estadual e nacional.

Parágrafo Único - O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado deverá ser adequado às exigências administrativas do Município e as seus recursos financeiros.

Art.115 - O Município estabelecerá, em lei, o seu zoneamento urbano, bem como as normas para edificações e loteamento urbano ou para fins de urbanização, atendidas as peculiaridades locais e a legislação federal pertinente.

#### TÍTULO VI

##### Disposições Gerais e Finais

Art.116 - Deverão os Poderes do Município:

(\*) V. Justificativas- 6

I- auscultar permanentemente a opinião pública, de modo especial através dos conselhos comunitários e das associações de classe;

II- divulgar, com a devida antecedência, os anteprojetos de leis sobre codificações, bem como, sempre que o interesse público o aconselhar, os anteprojetos de outras leis, estudando as sugestões recebidas e, quando oportuno manifestar-se sobre as mesmas;

III- tomar medidas para assegurar a celeridade na tramitação e solução dos expedientes administrativos, punindo disciplinarmente, nos termos da lei, os servidores faltosos.

IV- facilitar aos servidores municipais sua participação em cursos, seminários, congressos e conclave semelhantes, que lhes propiciem aperfeiçoar seus conhecimentos, para melhor desempenho das respectivas funções.

Art.117 - O Município providenciará para que todos quantos exerçam cargos de direção, ou sejam responsáveis pela guarda e manipulação de dinheiros públicos, ou de bens pertencentes ao patrimônio municipal, apresentem, ao assumirem o cargo ou função, declaração de bens e valores.

Art.118 - É vedada qualquer atividade político-partidária, nas horas e locais de trabalho, a quantos prestem serviços ao Município.

Art.119 - Aos funcionários Municipais é vedada qualquer participação, direta ou indireta, no produto da receita do Município.

Art.120- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal, aos..... de .....de 1984

(N.B.- Seguem as assinaturas com a indicação dos respectivos nomes, dos vereadores que aprovaram a Lei Orgânica).